



Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

NATALIA RONCON

**A IMPORTÂNCIA DO SETOR AGRÍCOLA PARA A ECONOMIA
BRASILEIRA**

Assis/SP
2011

NATALIA RONCON

**A IMPORTÂNCIA DO SETOR AGRÍCOLA PARA A ECONOMIA
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração de Empresas do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e à Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão de bacharelado em Administração de Empresas.

Orientador: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicada

Assis/SP

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

RONCON, Natalia

A importância do setor agrícola para a economia Brasileira / Natalia Roncon.
Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA/IMESA – Assis,2011.
69p.

Orientador: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis

1. Administração Rural 2. Economia Agrária 3. Setor Agrícola

CDD: 658

Biblioteca da FEMA

A IMPORTÂNCIA DO SETOR AGRÍCOLA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

NATALIA RONCON

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação de Administração de Empresas, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Analisador: Ms. Sarah Rabelo de Souza

Assis /SP

2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu maior mestre, DEUS, e também a todos meus familiares e amigos que me auxiliaram direta ou indiretamente para a realização do mesmo.

Dando ênfase aos meus pais, Izabel e Valmir, pois foram eles que me ofereceram condição para os estudos e me alertaram o quanto é importante para minha vida.

Não poderia me esquecer de dedicar esse trabalho a minha Avó Laura, que no momento não está presente, mas que sempre me apoiou, estimulou e me ofereceu condições para aprimorar meus conhecimentos, onde ela estiver sei que estará orgulhosa por conseguir mais esta etapa. Amo você Vó.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a DEUS, pois ele é a razão pela qual hoje estou aqui, e me deu força e coragem para encarar essa longa jornada.

Aos meus pais, Izabel e Valmir, os quais sempre estão presentes nos momentos em que mais preciso me apoiando, me acompanhando e me direcionando para o melhor caminho, sem os mesmos não conseguiria chegar aonde cheguei. Amo eles mais que tudo na minha vida.

Aos meus irmãos, Leonardo e Gustavo, pela compreensão e paciência que tiveram comigo.

Ao professor orientador Dr. Reynaldo Campanatti Pereira, pelas orientações, dedicação e constante ajuda cedida no decorrer do trabalho. Obrigada!

Aos amigos da classe pelo apóio e companheirismo ao longo desses quatro anos, em especial: Lucas Matheus, Mariana, Viviane, Robson, Amanda, Renato, Rose, Danielle, Marcelo, Marcilene, Luis Fernando, Wilson Valadão, Carol, Patricia, William. A toda equipe da escola técnica – Pedro D’Arcádia Neto, em especial Josy pela ajuda que me ofereceu, estímulo, dedicação e a amizade que foi muito importante para mim, ao Wagner pela companhia, carinho e por me compreender. Também a Karine e Laís, uma amizade construída que me fez muito bem.

Aos demais amigos por depositarem em mim a capacidade de realizar este trabalho, e pela companhia que me fizeram e fazem muito bem.

Aos engenheiros agrônomos Marcelo e Sandro, por disponibilizar tempo e fornecerem informações plenamente satisfatórias para o meu trabalho.

"Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível".

Charles Chaplin

RESUMO

A economia Brasileira conta com a participação de diversos setores, com os quais contribuem na geração de resultados satisfatórios para o País. Dentre estes setores, vale ressaltar a importância do setor agrícola para a economia Brasileira.

A forte dependência que a agricultura possui dos fatores climáticos, faz com que a mesma se caracterize como uma atividade de incertezas e se depare com riscos na sua produção. Com isso o Governo Brasileiro, através das políticas agrícolas, auxilia os produtores rurais no combate aos riscos na produção e também na compra de insumos necessários para a produção. Essa ajuda se dá com a adoção de medidas benéficas, como por exemplo: o Crédito Rural, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Seguro Rural, os quais serão abordados no decorrer do trabalho.

Sabendo que a agricultura é responsável pelo plantio e cultivo de grãos e cereais, esta tem por finalidade abastecer tanto o mercado interno quanto o mercado externo, e o Brasil possui uma boa capacidade produtiva, tendo como resultado produtos de qualidade e em uma quantidade suficiente para atender a demanda.

No entanto, a agricultura Brasileira conta com diversos fatores que a fazem ter uma significativa participação na economia. Ela merece destaque na oferta de emprego, no alto potencial de participação no PIB (Produto Interno Bruto), no favorecimento positivo na Balança Comercial Brasileira e na contribuição para o crescimento e desenvolvimento econômico do País.

Palavras-chave: Administração Rural; Economia Agrária; Setor Agrícola

ABSTRACT

The Brazilian economy with the participation of various sectors, which contribute to generate satisfactory results for the country. Among these sectors, it is worth emphasizing the importance of the agricultural sector for the Brazilian economy.

The heavy dependence of agriculture has climatic factors, makes it characterized as an activity of uncertainties and risks you encounter in your production. Thus the Brazilian government, through agricultural policies, assists farmers in dealing with the risks in production, and also the purchase of inputs needed for production, it is with the adoption of beneficial measures, for example, the Rural Credit The Policy of Guaranteed Minimum Price (PGPM) and Rural Insurance, which will be discussed during the work.

Knowing that agriculture is responsible for planting and cultivation of grains and cereals, this is intended to supply both the domestic and foreign markets, and have a good productive capacity, resulting in quality products and in an amount sufficient to meet demand.

However, Brazilian agriculture has several factors that make it have a significant participation in the economy. She deserves the job, the high potential contribution to GDP (Gross Domestic Product), positively promotes the Brazilian trade balance, and contributing to economic growth and development of the country

Keywords: Rural Management, Agricultural Economics, Agricultural Sector.

RESUMÉN

La economía brasileña, con la participación de diversos sectores, que contribuyen a generar resultados satisfactorios para el país, entre estos sectores, vale la pena destacar la importancia del sector agrícola para la economía brasileña. La fuerte dependencia de la agricultura los factores climáticos, hace que sea caracterizado como una actividad de incertidumbres y riesgos que usted encuentra en su producción. Así, el gobierno brasileño, a través de las políticas agrícolas, ayuda a los agricultores para hacer frente a los riesgos en la producción, y también la compra de insumos necesarios para la producción, es con la adopción de medidas beneficiosas, por ejemplo, el crédito rural la Política de Precio Mínimo Garantizado (PGPM) y el Seguro Rural, que será discutido durante el trabajo. Sabiendo que la agricultura es responsable de la plantación y el cultivo de granos y cereales, es la intención de suministrar tanto a los mercados nacionales y extranjeros, y tienen una buena capacidad productiva, lo que resulta en productos de calidad y en cantidad suficiente para satisfacer la demanda. Sin embargo, la agricultura brasileña tiene varios factores que lo hacen tienen una participación importante en la economía. Ella se merece el trabajo, la enorme contribución al PIB (Producto Interno Bruto), de manera positiva promueve balanza comercial brasileña, que contribuyan al crecimiento económico y el desarrollo del país

Palabras clave: Administración Rural, Economía Agrícola, Sector Agrícola.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balança comercial do agronegócio brasileiro (US\$ bilhões), 2000- 2008	23
Tabela 2 - Exportação das cooperativas: principais produtos, 2003-2004 (em milhões US\$ FOB)	40
Tabela 3 - Exportações das cooperativas: principais Estados exportadores, 2003-2004 (em milhões US\$ FOB)	41
Tabela 4 - Exportação das cooperativas: principais destinos, 2003-2004 (em milhões US\$ FOB).....	42
Tabela 5 - Principais produtos agrícolas Brasileiros-Novembro /Dezembro 2010....	47
Tabela 6 - Participação da agricultura na balança comercial brasileira (em milhões de dólares), 1970-2002	53
Tabela 7 - Participação do Brasil nas importações mundiais, em US\$ bilhões, 1970-2002	54
Tabela 8 - Participação do Brasil nas exportações mundiais, em US\$ bilhões, 1970-2002	56
Tabela 9 - Participação (%) do PIB do Agronegócio, da Agricultura e da Pecuária Brasileiro no PIB Brasileiro de 1994 a 2010.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Balança Comercial Brasileira (2010)	24
Gráfico 2 - Exportações, Importações e Saldo Comercial Agrícola: Brasil (1995-2004)	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. ANÁLISE MACROECONOMICA E SEUS PRINCIPAIS INDICADORES	13
3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO.....	27
3.1 CONCEITO DE AGRICULTURA.....	27
3.2 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA.....	29
3.2.1Crédito Rural	32
3.2.2 Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).....	35
3.2.3Seguro Rural	36
3.3 COOPERATIVAS AGRÍCOLAS	38
3.4 PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS.....	44
4. INTERSECÇÃO ECONOMIA E AGRICULTURA NO BRASIL	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	64

1.INTRODUÇÃO

A agricultura é um dos setores da economia que têm uma significativa participação no mercado, a qual se evoluiu das monoculturas para as grandes diversificações de produção encontradas nos dias de hoje.

A agricultura brasileira é uma das maiores exportadoras de cereais, grãos e frutas, tendo seu início com a produção de cana-de-açúcar e, posteriormente, o café.

Com isso, a agricultura vem crescendo consideravelmente, atingindo números altos e tendo grande participação no PIB (Produto Interno Bruto) do nosso país. Os números crescem significativamente e são reflexo do trabalho e dos melhores preços pagos internacionalmente pelos produtos da agricultura brasileira.

O setor agrícola tem produzido a maior parte do PNB (Produto Nacional Bruto) e é através dele que é gerada uma grande parte das oportunidades de emprego, além de constituir na principal fonte de divisas a partir da exportação.

Estudos feitos na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) juntamente com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP) revelam que a média de economia do setor rural cresce mais rápido que a média da economia brasileira.

É correto afirmar que o Brasil possui um grande potencial de crescimento, pois o mesmo possui fatores que viabilizam a agricultura, tais como: clima favorável, terra fértil (terra roxa), grandes extensões de áreas cultiváveis, demanda mundial por alimentos, altas tecnologias, entre outros.

O setor agrícola Brasileiro conta com a ajuda das Políticas Agrícolas, a qual através de suas medidas auxilia o produtor rural a ter acesso aos sistemas de financiamentos, oferece proteção ao produtor rural, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), e o seguro rural.

2. ANÁLISE MACROECONÔMICA E SEUS PRINCIPAIS INDICADORES

Para melhor compreender a situação atual do país ou delinear as tendências de curto prazo da economia, é importante que se tenha em mente os principais indicadores econômicos de um país, que nos ajudarão a analisar a situação deste.

Os indicadores econômicos são as estatísticas que indicam o estado atual da economia de um Estado em função de uma determinada área da economia (indústria, mercado de trabalho, comércio, entre outros). São publicados regularmente num determinado período de tempo por agências governamentais e do setor privado.

Iremos apontar alguns dos principais indicadores econômicos de desempenho, o que nos mostra a situação real do que está acontecendo em determinado momento. Cabe ressaltar: PIB (Produto Interno Bruto), PNB (Produto Nacional Bruto), PNL (Produto Nacional Líquido), Taxa de Juros, Indicadores de Emprego e Balança Comercial.

Ao analisarmos a situação econômica de um país ou região, devemos avaliar também os setores que influenciam a posição dos mesmos no mercado nacional e internacional, sendo que estes fatores são analisados a partir do crescimento e desenvolvimento de cada país ou região. Conforme Coimbra (2000):

O crescimento econômico caracteriza-se por um aumento quantitativo na produção de bens e serviços, graças à atuação de um ou de dois fatores de produção preponderantes, geralmente capital e tecnologia, expresso, por exemplo, pelo aumento do PIB. Já o desenvolvimento econômico é caracterizado por um aumento, não só quantitativo, como também qualitativo, em função da participação harmônica de todos os fatores de produção, consubstanciado por um processo de transformação social, com o progressivo deslocamento da mão-de-obra do setor primário para o setor secundário e para o setor terciário, expresso, por exemplo, pelo crescimento

do PIB, com minimização das disparidades de renda, a nível pessoal, regional e setorial.

A partir dessa definição, podemos dizer que o crescimento econômico de um país é o aumento da capacidade de produção da economia, tanto de bens quanto de serviços, sendo definido basicamente pelo índice que determina o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou pelo Produto Nacional Bruto (PNB). No que diz respeito a desenvolvimento econômico, concluímos como sendo um crescimento econômico acompanhado por uma melhoria da qualidade de vida da população.

Vale ressaltar que o crescimento econômico tem conotação quantitativa, calculado pelo PIB, enquanto o desenvolvimento econômico tem conotação qualitativa, pois além de analisar o PIB, como acontece no crescimento, é necessário avaliar um conjunto de indicadores (escolaridade, saneamento básico, transporte, saúde, atendimento ao público, entre outros).

Analisando o setor econômico, com ênfase no setor agrícola, notamos uma importante participação desse setor na economia brasileira. Conforme Santo (2001, p.70):

Os governos avaliam o setor agrícola com critérios mais amplos que o PIB ou a Renda Bruta. A agricultura tem um caráter de utilidade multifuncional que envolve também o mercado de trabalho, o abastecimento, a sanidade dos alimentos, o turismo, a cultura, a Balança Comercial etc.

Com isso, fica claro o impacto positivo do setor agrícola para a economia, e também o fortalecimento que este setor possui em interferir nos demais setores econômicos, seja direta ou indiretamente; por exemplo, setores relacionados a fertilizantes, defensivos, sêmens, combustíveis, serviços de informática, meteorologia, mecânica e outros mais setores, com destaque também para os de alta tecnologia.

O PIB é considerado o indicador mais comum, tendo como motivo a facilidade de ser entendido. Cabe a este representar toda a riqueza gerada internamente no país.

Podemos tirar duas conclusões importantes a partir da análise do PIB:

- Podemos concluir se o país em análise apresenta ou não crescimento econômico, pois se o PIB estiver aumentando, conseqüentemente, podemos dizer que o país está em crescimento econômico, independentemente do seu valor. Então é correto dizer que este é o único indicador que nos permite concluir se está havendo crescimento econômico ou não.
- A segunda conclusão nos permite dizer se o país está ou não em recessão, ou seja, se a economia do país está em declínio. Para verificar se o país está em recessão, é feito um acompanhamento do PIB, e, se este estiver em queda recessiva ao longo de três trimestres (nove meses), o país é considerado em recessão.

Ressaltando a atuação desse setor para a economia, Nóbrega, ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendência Consultoria Integrada (2008), atesta:

Detemos o maior potencial de expansão eficiente da fronteira agrícola e de crescimento sustentável da produção de etanol. Nossos produtores são competentes. É crescente influência do mercado na alocação dos recursos e nas decisões estratégicas. A agricultura é uma das mais promissoras áreas da nossa economia.

A agricultura brasileira tem grande peso no mercado nacional e internacional, pois conta com grandes fatores que a auxiliam a se destacar, dos quais valem ressaltar as condições climáticas, as inovadoras tecnologias aderidas aos maquinários, mão-de-obra qualificada, significativa quantidade de terras disponíveis, entre outros.

Segundo resultados de pesquisas feitas pelo IBGE no ano de 2008, apesar da crise financeira mundial, o Brasil teve uma produção agrícola recorde, com crescimento na ordem de 9,1% em relação ao ano anterior, motivada, principalmente, pelas condições climáticas favoráveis. A produção de grãos no ano atingiu cento e quarenta e cinco milhões e quatrocentas mil toneladas. De acordo com Podestá (apud ROSSI, 2010) :

Não há dúvidas que a agricultura brasileira tem condições de continuar competitiva e na vanguarda, principalmente em função das pesquisas genéticas, da produção racional e equilibrada, com foco na preservação do meio ambiente.

A agricultura brasileira conta com muitos aspectos vantajosos que auxiliam a se destacar mediante outros países, bem como tornar-se a maior exportadora de grãos e cereais. Ainda Rossi (2010) afirma:

Além de produzir a maioria dos alimentos que consome o Brasil ainda é o maior exportador mundial do complexo soja (grão, farelo e óleo), carnes, açúcar e produtos florestais. No ranking mundial, o país ocupa a liderança na produção de açúcar, café em grãos e suco de laranja, e a segunda posição, em soja em grãos, carne bovina, tabaco e etanol.

Os fatores que proporcionam a produção agrícola são de extrema importância para o país, não só para torná-lo o maior produtor como também exportador. Outro fator importante é a capacidade do país em produzir o que consome e ainda exportar em grande quantidade.

As exportações estão sendo beneficiadas pelo quadro de oferta e demanda que deixa os preços mais elevados. A soja está em patamares de preços bons, o que está ajudando o país a gerar mais receita. Segundo Portal do Agronegócio (apud TRIGUEIRINHO, Secretário-Geral da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), 2011):

O cenário para este ano é muito positivo para o Brasil, e por isso a estimativa de estoque final está bastante apertada, em 1,806 milhão de toneladas, ante 2,056 milhões na temporada passada. A Abiove manteve a estimativa de exportação do grão em 31 milhões de toneladas, acima das 29,2 milhões de toneladas enviadas ao exterior na temporada anterior.

A partir de então, notamos uma visão otimista para as exportações no ano de 2011. Um fato relevante é a estimativa que se tem do estoque, pois já neste ano houve uma queda comparada com o ano passado, o que é um grande salto para a economia e sinal de que não haverá tantas perdas. Trigueirinho (2011) ainda afirma:

A demanda internacional está boa, uma vez que os EUA não têm grandes estoques. Em relação à China a demanda é crescente; todo ano o país aumenta os volumes e isso mantém os estoques num nível ajustado. O Brasil tem a oportunidade de comercializar volumes expressivos antes da entrada da safra americana (em outubro), e vai dar tempo de aproveitar esses preços.

É importante salientar que para a existência de índices tão elevados nas exportações, é necessário que tenhamos uma demanda suficiente e, neste momento, fica claro a procura de nossos alimentos por parte dos Estados Unidos e da China.

Para o mercado de um bem, a demanda mostra a quantidade que os possíveis compradores estariam dispostos a comprar para cada preço unitário do bem, entre outras palavras, a demanda é a procura por parte do consumidor por determinado bem.

A lei da demanda salienta que o preço e a quantidade demandada num determinado mercado estão inversamente relacionados; em outras palavras, quanto mais alto for o preço de um produto, menos pessoas estarão dispostas ou poderão comprá-lo. Quando o preço de um bem sobe, o poder de compra geral diminui e os consumidores mudam para bens mais acessíveis.

Oferta é a relação entre o preço de um bem e a quantidade que os fornecedores colocam à venda para cada preço desse bem, ou seja, oferta é a quantidade de um bem disponibilizada para o comércio. Pressupomos que os produtores maximizam o lucro, isto é, que tentam produzir a quantidade que lhes irá dar o maior lucro possível. A oferta é tipicamente representada como uma relação diretamente proporcional entre preço e quantidade.

Quanto maior for o preço pelo qual uma mercadoria pode ser vendida, mais produtores estarão dispostos a fornecê-la. O preço alto incentiva a produção. Em oposição, para um preço abaixo do equilíbrio, há uma falta de bens ofertados em comparação com a quantidade demandada pelo mercado e isso faz com que o preço caia; quando a demanda é maior do que a oferta, os preços dos produtos

tendem a subir, já que os consumidores se dispõem a pagar mais para obter um determinado item. Por outro lado, quando a oferta é maior do que a demanda, os preços tendem a cair.

Parte da economia brasileira depende da agricultura, pois este é um setor que gera empregos para 22% da população ativa, 20% das exportações são de produtos agrícolas, 12% do PIB (Produto Interno Brasileiro) são representados pela agricultura (Colégio Web - <http://www.colegioweb.com.br/geografia/a-importancia-da-agricultura-no-brasil.htm>. Acesso em 10 set. 2010). Na visão de Spadotto, Engenheiro Agrônomo, pesquisador e chefe geral da Embrapa Meio Ambiente (2002):

Em 2005, o agronegócio brasileiro foi responsável por 27,9% do PIB nacional, 36,9% das exportações e 37% dos empregos. O setor de base florestal no Brasil participa com 4,5% do PIB e 7,4% das exportações, além de empregar 9% da população economicamente. Sabe-se também que no Brasil 85% dos estabelecimentos rurais detêm cerca de 30% da área total plantada no país, no entanto, têm restrições sócias - econômicas que limitam, por exemplo, o acesso a linhas de crédito rural.

Outro indicador econômico é o PNB (Produto Nacional Bruto), sendo representado pela seguinte equação:

$$\text{PIB} - \text{RLE} = \text{PNB}$$

Onde:

PIB = Produto Interno Bruto

RLE = Renda Líquida Enviada para o exterior

PNB = Produto Nacional Bruto

A partir de então, é latente que o PNB representa toda produção interna de um país excluindo os gastos com o exterior. Em outras palavras, o PNB é o resultado da riqueza gerada no país e o que permaneceu no país.

O PNB difere do PIB basicamente por ser um indicador mais preciso já o PIB nos permite concluir se o país está em recessão ou em crescimento.

O PNL (Produto Nacional Líquido) é representado pela seguinte equação:

$$\text{PNB} - D = \text{PNL}$$

Onde:

PNB = Produto Nacional Bruto

D = Depreciação

PNL = Produto Nacional Líquido

Baseado nisso, o PNB representa toda a produção interna do país, já excluídos os gastos com o exterior e com a depreciação. Conforme a Enciclopédia Barsa (2004, p.110):

Depreciação é o rebaixamento do valor, ou do preço, pelo qual uma coisa ou um bem era anteriormente avaliado. Essa perda de valor pode decorrer da utilização do bem, pelo simples transcurso do tempo, ou pelo aparecimento de técnicas mais avançadas, que tornam antieconômicos bens anteriormente utilizáveis (envelhecimento econômico ou obsolescência tecnológica).

Podemos considerar que a depreciação é a perda de valor do bem e que quanto menor for à depreciação, mais moderno o país é considerado, pois está em constante troca de equipamentos dentro da empresa.

As taxas de juros têm o papel importante no movimento dos preços das moedas no mercado de câmbio, no entanto, há uma relação importante entre a taxa de câmbio e a taxa de juros.

Alterações nas taxas de juros internas do país comparadas às externas costumam provocar movimentações de capitais financeiros que acabam por afetar diretamente a taxa de câmbio.

Vale ressaltar que esta é uma taxa para que se tenha acesso a outra moeda, ou seja, é uma variável que converte a moeda nacional para moeda estrangeira, expressa da seguinte maneira:

$$TC = \frac{\text{MOEDA NACIONAL}}{\text{UMA UNIDADE DE MOEDA ESTRANGEIRA}}$$

Essa conversão de moeda é feita quando existem transações entre dois ou mais países, pois envolve moedas diferentes. Com isso, é necessário que haja algo para estabelecer uma proporcionalidade entre moedas diferentes e para isso existe a taxa de câmbio. Segundo Neves (2006, p.09):

Em 2005 uma drástica queda de rentabilidade nos grãos por causa de fatores como o crescimento da produção, uma maior safra mundial de grãos, os custos de produção (20% maiores), o desperdício no transporte, e, finalmente, como parte importante da produção é exportada, a taxa de câmbio do dólar a 2,50 não chega a inviabilizar as exportações, mas extrai muita renda das cadeias produtivas. Devemos lembrar que os insumos usados pelos agricultores nesta safra foram comprados com o dólar a R\$ 3,10. Não temos a varinha mágica para mandar o câmbio a 3 dólares !

Neste momento, percebemos os fatores que podem levar a uma queda na produção e como a taxa de câmbio influencia nas negociações. Tudo o que é produzido aqui e depois exportado tem que fazer a conversão para dólares, e quem faz esta conversão (troca de moedas) é a taxa de câmbio.

Dentre as instituições que estabelecem a taxa de juros, os Bancos Centrais são os mais influentes e, quando os Bancos Centrais alteram as taxas de juros, fazem com que o mercado cambial sofra movimentos e volatilidade.

Os indicadores de emprego partem da ideia de analisar quantos empregos estão sendo criados ou destruídos, como também quantas pessoas estão ativamente trabalhando e quantas se declaram desempregadas. Para medir a inflação, também é importante acompanhar a velocidade com que os salários aumentam.

Conforme Romero, Assessor Técnico do Centro de Pesquisas e Planejamento – CPP – SENAC/DN (1976):

[...] o setor Terciário foi o Setor que mais absorveu os incrementos da força de trabalho. Essas dimensões podem ser creditadas por um lado à

incapacidade do Setor Primário reter o contingente populacional nele engajado e, por outro lado, ao estágio técnico-econômico dos países centrais que condicionaram um padrão de industrialização baseado em uma tecnologia de capital intensivo e com pouca capacidade de absorção da mão-de-obra.

O setor agrícola registrou a maior geração de empregos em junho de 2008, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados pelo Ministério do Trabalho. O setor foi responsável pela criação de 92.580 dos 309.442 postos de trabalho registrados no período, número recorde para todos os meses desde a série histórica que começou em 2003. Segundo Canal do Produtor (apud LUPI, 2008):

O cultivo de café, especialmente em Minas Gerais, foi o responsável pela elevação. O estado foi responsável por 38.869 dos 40.067 empregos gerados pela atividade cafeeira. Outro destaque é a produção de uva, cujos maiores índices de criação de postos de trabalho foram verificados em Pernambuco e na Bahia.

Em decorrência da sazonalidade existente na agricultura, o emprego temporário é importante para o setor. No entanto, para o empregador, o emprego temporário pode gerar problemas, como a baixa qualificação da mão-de-obra, pois não há incentivos para qualificação por parte do empregador e do empregado e a incerteza da oferta da mão-de-obra, especialmente em função da falta de informações, uma vez que é freqüente que os trabalhadores residam em regiões distantes. Não obstante, o trabalho temporário representa uma fonte de renda complementar para a agricultura (REZENDE, 2006).

A maior proporção dos empregados temporários está na Região Nordeste, fato também observado na Região Norte. A Região Sudeste concentra a maior parcela dos empregados permanentes, mas apenas o Estado de São Paulo e as Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram expansão na participação desses empregados. De acordo com Santo (2001, p. 87):

A Agricultura é responsável por 24,3% do total das oportunidades de emprego, ou seja, garante a ocupação produtiva a 17,4 milhões de pessoas.

Esse percentual é da ordem de 3,6%, em média , para o conjunto dos países da OCDE, sendo de 2,7% nos EUA e 1,7% na Inglaterra. A indústria de transformação, incluindo aí a agroindústria, gera emprego para 8,2 milhões de pessoas, ou 11,5% do total, o que corresponde à metade da contribuição do setor agrícola. Outros lembrariam que a construção civil é muito importante para gerar emprego .sim, mas nem tanto. Este segmento empregou "apenas" 4,7 milhões de pessoas, ou 6,6% do total do Brasil, correspondendo a 1/4 da participação da Agricultura

O setor agrícola emprega mais do que os setores da indústria de transformação e da construção civil. Muitos não reconhecem a importância deste setor na oferta de empregos.

Balança comercial é o nome que se dá à conta do balanço de pagamentos onde se registram os valores das importações e exportações entre os países. Contudo, é na balança de pagamento onde são registradas todas as transações econômicas e financeiras entre um país e o resto do mundo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) define balança de pagamentos como sendo “o registro sistemático das transações econômicas entre residentes e não residentes de um país durante determinado período de tempo”.

Podemos afirmar que a balança comercial é positiva (superávit) quando as exportações são maiores que as importações e, ao contrário, dizemos que a balança comercial é negativa (déficit).

Segundo dados do Banco Central do Brasil, o balanço de pagamentos registrou superávit de US\$2,8 bilhões em dezembro (2010), e de US\$49,1 bilhões no ano de 2010. As transações correntes apresentaram déficit de US\$3,5 bilhões no mês. A agricultura contribuiu decisivamente para as exportações com saldo comercial setorial positivo da ordem de US\$40,18 bilhões de dólares em 2006 e de 49,7 bilhões em 2007, como nos mostra na Tabela 1.

Período	Exportações(US\$)	Importações(US\$)	Saldo(US\$)
2000	20.610	5.799	14.811
2001	23.863	4.847	19.016
2002	24.839	4.492	20.347
2003	30.639	4.791	25.848
2004	39.015	4.881	34.134
2005	42.000	5.000	37.000
2006	52.040	11.86	40.180
2007	58.400	8.700	49.700
2008	69.400	11.200	58.200

Tabela 1 – Balança comercial do agronegócio brasileiro (US\$ bilhões), 2000-2008

Fonte: Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2009).

A Tabela 1 mostra o superávit do agronegócio brasileiro, evidenciando que o setor tem participação importante para o equilíbrio de nossas contas. De acordo com os números, o crescimento do superávit do ano 2000 até 2008 foi de 43.389 US\$ bilhões no período, um crescimento espetacular do setor.

Segue abaixo um gráfico demonstrativo da balança comercial Brasileira do ano 2010.

BALANÇA COMERCIAL

(Valores acumulados em 12 meses – US\$ bilhões)

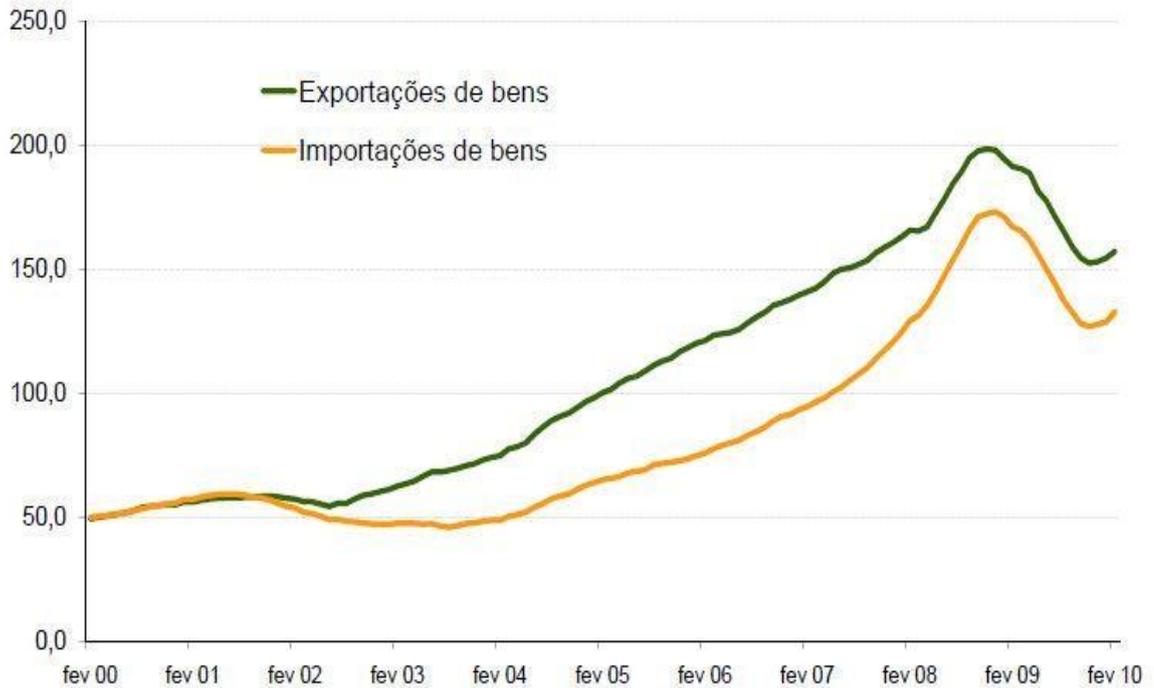


Gráfico 1: Balança Comercial Brasileira (2010)

Fonte: BCB Elaboração: MF/SPE

Fica claro que as exportações foram maiores que as importações, sendo, por isso, que a balança comercial do ano de 2010 fechou com superávit. Segundo Azevedo (2001, p.95):

Outro elemento que faz com que o mercado internacional seja cada vez mais relevante ao Brasil é a dupla tendência de crescimento do volume exportado e, principalmente, do aumento da participação de produtos processados na pauta de exportações. O efeito conjunto das duas tendências é a ampliação do valor exportado, uma vez que as exportações crescem em quantidade e qualidade. Em 1965, o Brasil exportava apenas 11% de sua produção agroindustrial. Atualmente, esse valor tem girado em torno de 20%, o que corresponde a praticamente o dobro da cifra anterior. Os produtos processados também tem ganho importância. Em 1967, o Brasil exportava duas vezes mais soja em grão, em termos de peso, do que farelo de soja. Na década de 90, essa relação havia se invertido, tendo o

Brasil exportado, em toneladas, três vezes mais farelos do que soja em grão. O mesmo pode ser dito a respeito do café, em que aumenta a importância das exportações de café solúvel, e da laranja, em que as exportações de laranja *in natura* são desprezíveis frente as de suco concentrado. Em outras palavras, o Brasil tem mudado o perfil de suas exportações, conseguindo colocar no mercado internacional produtos de maior valor agregado.

Notamos, nesse momento, o aumento da exportação de produtos brasileiros, lembrando que, além da quantidade a ser exportada, é importante analisar a qualidade do que está sendo exportado. E nisto o Brasil tem se destacado, pois está colocando produtos de qualidade no mercado internacional.

Segundo Nóbrega, ex-ministro da Fazenda e sócio das Tendências Consultoria Integrada (2008) :

Detemos o maior potencial de expansão eficiente da fronteira agrícola e de crescimento sustentável da produção de etanol. Nossos produtores são competentes. É crescente influência do mercado na alocação dos recursos e nas decisões estratégicas. A agricultura é uma das mais promissoras áreas da nossa economia.

Dessa forma, é notório observar que a agricultura brasileira é uma alavanca para nossa economia. A mesma conta com diversos recursos que fazem com que se destaque em âmbito nacional e internacional, como, por exemplo, a mão de obra qualificada, as condições climáticas, a qualidade da terra (terra roxa), entre outros fatores que também chamam atenção do mercado internacional.

Recordes de exportação e produção, maior número de empregos, evolução tecnológica, aumento dos investimentos, nos últimos meses, coube ao agronegócio mostrar que a economia do país é capaz de produzir boas notícias. No ano de 2002, o setor deve aumentar seu superávit comercial para até US\$ 21 bilhões e ter um crescimento de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Como indústria e serviços devem apresentar pequena expansão, será o bom desempenho da agricultura e pecuária que vai segurar o PIB (Portal do Agronegócio – <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=212>. Acesso em 5 fev. 2011). Conforme Carvalho (1998, p.548):

Nos países em desenvolvimento, na fase inicial do processo, o setor agrícola, caracterizando uma atividade econômica de grandes dimensões, é, em muitos casos, a única atividade importante como fonte fornecedora de capital para o processo de desenvolvimento econômico. Absorvendo uma preponderante parcela de mão-de-obra e de recursos naturais, a atividade agrícola passa a ter uma relevante influência na formação da renda. Dessa maneira, esse setor se relaciona de forma preponderante com a taxa de poupança interna e, em decorrência disso, com a própria taxa de formação de capital. Historicamente tem-se notado que nos países subdesenvolvidos, nos quais a atividade agrícola representa entre 40 a 60% da renda, uma taxa adequada de desenvolvimento não poderá ser obtida sem a contribuição fundamental da agricultura para a formação de capital necessário não só ao seu próprio desenvolvimento, mas também ao dos demais setores da economia

A partir de então, fica clara a interferência que o setor agrícola tem na economia. Como foi dito em países desenvolvidos na maioria das vezes, a agricultura é uma das atividades mais importante que fornece capital para o desenvolvimento econômico. E também notamos esta interferência em países subdesenvolvidos, sendo ela (agricultura) fundamental para formação de capital, não só para o desenvolvimento econômico, mas também para os demais setores da economia. De acordo com a Revista Agrícola (2010, p. 4):

Examinando retrospectivamente o período recente, verificamos que a agricultura brasileira tem evidenciado um pujante desempenho, com repetidos recordes de produção, com uma produtividade que se eleva continuamente e com investimentos crescentes. Com efeito, nesta última década, os recursos públicos para a produção agrícola e a pecuária mais do que quintuplicaram, e, além de abastecermos o grande mercado brasileiro, exportamos para quase duas centenas de países, assegurando, assim, a importância econômica do País, ao torná-lo o mais importante ofertante de produtos agrícolas da agricultura tropical.

A agricultura foi e continua sendo um dos principais setores da economia brasileira. O setor agrícola tem produzido a maior parte do produto nacional bruto e é através dele que é gerada uma grande parte das oportunidades de emprego, além de constituir na principal fonte de divisas a partir da exportação.

3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA BRASILEIRO

A agricultura brasileira teve início na região nordeste do Brasil, no século XVI, com o cultivo de cana-de-açúcar, baseada na mão de obra escrava e em grandes latifúndios, e permanecia basicamente restrita à cana com alguns cultivos diferentes para subsistência da população da região, porém de pouca expressividade.

No fim do século XVI, o país ainda não possuía um milhão de habitantes, mas a agricultura, em virtude das excelentes condições naturais, evoluía o suficiente para abastecer a metrópole.

Além da cana, os colonizadores já cuidavam também de plantar fava, feijão, batata-doce, cará, algodão, árvores frutíferas e as espécies oriundas do patrimônio dos índios, como o milho e a mandioca.

3.1 CONCEITO DE AGRICULTURA

As técnicas de plantio e a criação de animais fizeram com que o homem passasse de coletor ou predador para construtor de sobrevivência grupal.

O conjunto dessas técnicas implantadas pelo homem impulsionou a transformação, com o passar dos séculos, numa ciência de leis codificáveis e em renovação permanente: a agricultura, palavra que deriva do latim *ager, agri* (campo, do campo) e *cultura* (cultura, cultivo), ou seja, o modo de cultivar o campo com finalidades práticas ou econômicas (Enciclopédia Barsa, 2004 p.70)

Segundo o Portal do Agronegócio (apud DIEHI, 1987), “a agricultura consiste no esforço para situar a planta cultivada nas condições ótimas de meio (clima, solo) para lhe tirar o máximo rendimento em quantidade e em qualidade”.

Com essa definição, compreendemos a agricultura como um método de cultivo tanto de grãos quanto de cereais, onde é necessário que a terra esteja em condições

adequadas, para que tenha um desempenho satisfatório economicamente na hora da colheita.

Segundo Diehi et al. (1987) : “ a agricultura é a arte de obter do solo, mantendo sempre a sua fertilidade, o máximo lucro”. Fica claro que, em ambas a definição de Diehi, além de constar a necessidade de haver um solo em condições adequadas, é notável a preocupação em obter lucro, ou seja, o objetivo econômico da agricultura é o lucro.

Segundo Almeida (apud BARROS, 1974) agricultura é “artificialização pelo homem do meio natural, com o fim de torná-lo mais apto ao desenvolvimento de espécies vegetais e animais, elas próprias melhoradas”.

Durante milhares de anos, a sociedade encarou a agricultura como uma atividade de subsistência, cujo objetivo primário era a produção de alimentos. Com o tempo, foi se conscientizando a ideia da agricultura como atividade econômica, da qual se exigia a produção de lucro, o que teve como consequência uma acentuada dependência das energias fósseis, casos de poluição dos solos, das águas e dos alimentos e a problemática dos excedentes. Atualmente, começa-se a ver a agricultura como uma atividade ecológica, orientada para a produção de bem-estar.

No Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 2000, a agricultura é conceituada como sendo a produção, transformação e comercialização de colheitas, gado e peixe, do produtor ao consumidor. Conforme Cardozo (1975, p.124):

Explorando o solo, para nele plantar, cultivar ou criar, a agricultura se caracteriza pelo aspecto inicial e de produção efetiva da riqueza. Ela "cria" de novo, o que não existia antes do devotamento de seu esforço, de seu trabalho e de sua vida. Ela é a trabalhadora da própria natureza, na faina de tirar da terra tudo o que ela é capaz de produzir, enquanto a indústria e o comércio nada criam originalmente, nem o podem essencialmente fazer, limitando-se a mediar entre a produção e o consumo, "transformando" as matérias primas, fazendo-as circular e oferecendo-as ao mercado".

De uma forma geral, a agricultura parte do princípio de produzir os alimentos, até mesmo da comercialização do mesmo, para o mercado. Lembrando que, para isso,

existem várias ferramentas que a auxiliam neste processo, como, por exemplo, as cooperativas, tendo, como algumas de suas responsabilidades, a comercialização dos grãos e o fornecimento de insumos; as políticas agrícolas, que por meio de mecanismos fornecem acesso a capitais necessários para os produtores na hora da produção, bem como mecanismos de proteção para os produtores rurais.

3.2 INSTRUMENTOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Com a definição de agricultura citada anteriormente, cabe a nós entendermos que agricultura é um método de plantio tanto de grãos como de cereais, sendo necessário que a terra esteja em condições adequadas para que o resultado seja satisfatório na colheita. A partir de então, existem mecanismos para tornar as condições climáticas favoráveis para o plantio, sendo que o acesso a estes mecanismos requer capital, o que muitas vezes o produtor rural não possui de imediato.

É necessário capital tanto para tornar a terra cultivável, quanto para a compra de insumos utilizados na produção, como, por exemplo, sementes, fertilizantes, adubos, e muitos outros instrumentos para o plantio. Conforme Buainain;Filho (2007, p .302):

O setor agropecuário apresenta um conjunto de características que o diferencia dos demais setores da economia. A maior dependência das condições climáticas e a maior sazonalidade da oferta, diante de uma demanda relativamente estável, resultam em maior instabilidade de preços e de renda para os produtores. Devido a esse conjunto de especificidades e à importância da agricultura para o abastecimento interno de produtos alimentares e matérias-primas industriais, tem-se justificado a formulação de políticas agrícolas que atendam a necessidades especiais do setor e garantam uma adequada oferta de produtos.

Este setor se diferencia dos demais, principalmente por ser instável, ou seja, não possui estabilidade do quanto vai gerar na colheita, bem como é dependente das condições climáticas e o que ocorre é que muitas vezes o tempo não colabora, e

perde-se toda a produção. Além disso, os preços dos produtos agrícolas oscilam muito em função de pequenas variações na oferta.

Comparando o setor agrícola com uma indústria, notamos uma grande diferença no que diz respeito à disponibilidade de capital, pois na indústria podem ser utilizadas as receitas correntes para cobrir pelo menos parte dos gastos. Já na agricultura, as receitas e despesas são em épocas diferentes. O agricultor passa tempo cobrindo os gastos para preparar a terra para o plantio e depois da colheita que é gerada a receita mediante a venda de sua produção.

“A sazonalidade, a forte dependência de fatores climáticos e a rigidez da produção fazem com que a atividade agropecuária enfrente maiores riscos e incertezas do que o conjunto da economia” (BUAINAIN; FILHO, 2007, p.304)

Com isso, surge a ideia de Política Agrícola, que parte do princípio de auxiliar aos produtores rurais, principalmente por este ser um setor que apresenta maior risco que outros negócios em razão de suas especificidades.

Analisando a atuação do Governo na agricultura, com as devidas políticas agrícolas, Santo (2001, p.150) aborda:

[...] a ação de governo no setor envolve diretamente também o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o de Integração Nacional, e indiretamente o Ministério da Fazenda. Neste Ministério é que está a dotação orçamentária para a execução da política de sustentação de preços e de garantia de preços mínimos, cujo montante de recursos responde por 42% do total dos gastos do governo com a função agrícola.

Com isso, cabe ao Governo, através da política, estabelecer o preço mínimo de venda. Vale ressaltar que muitas vezes a Política Agrícola Brasileira é ineficaz quando estabelece o preço mínimo de venda abaixo dos custos utilizados na produção. Segundo Filho (2008, p.698):

Nos EUA e Europa Ocidental, programas de apoio às commodities encorajaram produtores a usar quantidades excessivas de insumos externos a fim de elevar os rendimento e maximizar ganhos com subvenções governamentais. A produção agrícola subsidiada expandiu-se

para áreas marginais, ou de solos pobres, por meio de intensivo uso de agroquímicos.

Podemos concluir que a política dos Estados Unidos e da Europa Ocidental usufruiu de medidas para incentivar a maximização na produção.

O que acontece muitas vezes no Brasil é que na hora que o produtor efetua a compra dos insumos para a produção, o preço é um, mas, depois de ter feito a colheita, estando na reta final da venda do produto, o preço já sofreu alterações. Observamos muitas vezes que o Governo estabelece um preço mínimo de venda abaixo dos custos gerados para a produção, o que não cobre todos os gastos que o produtor teve. Segundo Buainain; Souza Filho (apud VEIGA, 2007, p.305):

Este conjunto de fatores justificou, desde o início do século, a adoção de políticas de preços agrícolas que reduzissem o risco econômico e seu impacto sobre o nível de renda da agricultura. Em praticamente todos os países esta proteção verificou-se por meio de políticas de garantia de preços, garantia de renda mínima ou intervenções similares. Justificou, ainda, a implementação de políticas de crédito com o objetivo de prover capital aos produtores em condições e prazos adequados às especificidades do negócio agropecuário, seja na forma de capital de giro (crédito de custeio), recursos para comercialização (crédito de comercialização) da safra e finalmente para realizar os investimentos (crédito de investimento) . Apesar de a concepção liberal da economia insistir que a melhor política pública é simplesmente deixar que o mercado funcione livremente, praticamente em todos os países do mundo as políticas agrícolas continuam fortes. Na verdade, pode-se e deve-se discutir os instrumentos de intervenção, mas dificilmente se pode colocar em dúvida a necessidade de políticas agrícolas, que levem em conta as especificidades da produção e dos mercados agropecuários.

Diante disso, cabe ao governo intervir nas condições e nas variáveis específicas ao setor, como, por exemplo: definindo a taxa de juros, sendo uma taxa diferente da taxa estabelecida pela política monetária; oferecer condições especiais para ter acesso ao mercado externo, como também estimular a produção de determinado produto ou, até mesmo, dificultar a produção do mesmo. Lembrando que isso se dá pela oferta e demanda do mercado agropecuário.

Iremos apontar alguns instrumentos da Política Agrícola Brasileira, tais como: Crédito Rural, Política de Garantia de Preço Mínimo(PGPM) e Seguro Rural.

3.2.1 Crédito Rural

O Crédito Rural tem como objetivos: estimular os investimentos rurais feitos pelos produtores ou pelas cooperativas rurais; favorecer o custeio, a produção e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecer o setor rural, principalmente para os médios e pequenos produtores; desenvolver atividades florestais e pesqueiras; e, por fim, incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção. Conforme Santo (2001 ,p .152) :

Tradicionalmente a agricultura tem sido menos atrativa aos bancos que os setores urbanos. O risco próprio da atividade agrícola, a falta de liquidez e a descapitalização são os fatores que contam desfavoravelmente na análise do pedido de crédito. Por isso, os bancos privados são arredios à atividade. Por essa razão, o governo federal vem garantindo direta e indiretamente cerca de 70% do crédito rural aos agricultores, desde a metade do século passado, através do Banco do Brasil.

Como se trata de uma atividade de risco são poucos os bancos que se interessam em oferecer créditos para os agricultores, e coube ao Governo Federal destinar 70% do crédito rural para os agricultores, por meio do Banco do Brasil. Na visão de Lassance; Heinze (1997, p. 04):

Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural.

Entendemos, então, crédito rural como um mecanismo que fornece recurso financeiro para produtores rurais (pessoa física ou jurídica), cooperativas de produtores rurais, e ainda pessoa física ou jurídica que, mesmo não considerada como produtor rural dedique-se às seguintes atividades vinculadas ao setor: pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas; pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões; prestação de serviços mecanizados, de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para proteção

do solo; prestação de serviços de inseminação artificial em imóveis rurais; exploração de pesca e aquicultura, com fins comerciais; medição de lavouras; atividades florestais (Banco Central do Brasil - <http://www.bcb.gov.br/?ecoimpext> Acesso em 25 jan. 2011). Conforme Pinazza; Araújo (1993, p.30):

O comportamento do mercado de *commodities* agrícolas apresenta particularidades normalmente não percebidas, tais como a maior volatilidade de seus preços quando comparados aos de outros bens. Os preços agrícolas são constantemente afetados por fatores de ordem conjuntural e estrutural, cujos efeitos aparecem a curto e médio prazo.

No entanto, fica evidente que os preços das *commodities* agrícolas não possuem uma estabilidade, são difíceis de serem previstos, existindo fatores que interferem na estabilidade do mesmo, como os de ordem conjuntural, por exemplo: renda, emprego e inflação, e fatores de ordem estrutural, tal como: a revolução tecnológica na produção agropecuária. Na visão de Santo (2001 p.154):

Aproximadamente 1/3 do montante de recursos necessários para custear a implantação da safra anual de grãos é oriundo de operações previstas no SCNR. O volume de recursos controlados pelo governo e canalizados para o financiamento agrícola cresceu vertiginosamente, saindo de US\$ 773 milhões, em 1965, até atingir o recorde do crédito rural, em 1979, quando chegou a US\$ 20.441 milhões. Nesse período observa-se uma correlação positiva entre crédito oficial (seja comparando o crédito custeio ou o crédito total) com o volume produzido. No ano de 1979, o valor do total do crédito e o valor da safra quase que se igualaram.

Notamos, neste período, a importância do crédito rural, o que fez saltar de US\$ 773 milhões para US\$ 20.441 milhões de recursos destinados para este setor. Segundo o Portal do Agronegócio (2011):

A aplicação do crédito rural na agricultura empresarial, entre julho de 2010 e abril de 2011, foi de R\$ 76,4 bilhões do total de R\$ 100 bilhões disponíveis para a safra atual. Se comparado com o mesmo período da safra passada, quando foram liberados R\$ 64 bilhões, houve crescimento de 19% nas aplicações de custeio, comercialização e investimento no setor.

Percebemos uma quantidade considerável destinada aos créditos rurais, sendo que, dos R\$ 100 bilhões, foram utilizados R\$ 76,4 bilhões, no período de julho de 2010 a abril de 2011, o que representa 76,4%. De acordo com Nantes ; Scarpelli (2001, p.559) :

O capital necessário é, em grande parte, constituído por recursos próprios, normalmente insuficientes, e por recursos institucionais, privados ou estatais. Os recursos institucionais são obrigatórios e seu valor é definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Essa obrigatoriedade, denominada exigibilidade rural, representa um valor em torno de 25% de todos os depósitos a vista na rede bancária.

Observamos que o capital necessário para a produção é de total responsabilidade do produtor, além de recursos que podem ser de instituições privadas ou estatais. Os recursos institucionais são oriundos dos recursos estatais, sendo esse montante o único subsídio real do governo à agropecuária.

O que acontece é que, muitas vezes, esse recurso é insuficiente para os produtores, não cobre todos os gastos. Outro aspecto relevante é a dificuldade de acesso aos financiamentos, principalmente para os mini e pequenos produtores. Segundo Nantes; Scarpelli (2008, p.633):

Apesar desse cenário, observa-se uma tendência de reversão dessas condições. Há expectativas de que os mini e pequenos produtores sejam atendidos por programas especiais de financiamento do tipo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O objetivo do programa é apoiar a agricultura de pequeno porte, responsável por grande parte do abastecimento do país.

Neste momento, há uma preocupação com os mini e pequenos produtores para que estes tenham acesso ao sistema de financiamento, mas não é isso que vemos na realidade. Dos recursos disponíveis, está sendo utilizada apenas uma parte.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros

dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país.

O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

3.2.2 Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) lançada em 1966 possui um papel relevante na política agrícola brasileira e, conseqüentemente, nas decisões do produtor sobre o plantio, contribuindo para a redução das oscilações de preços, característica do mercado agrícola.

Através de instrumentos como a Aquisição do Governo Federal (AGF), o Empréstimo do Governo Federal (EGF) e outros mais modernos, o Governo atua comprando o excedente e/ou financiando a estocagem sempre que o preço de mercado se situa abaixo do preço mínimo. O Preço Mínimo de Garantia é definido pelo Governo para os produtos das safras regionais e de verão e sinalizam o momento adequado para o apoio governamental na comercialização, que pode ocorrer por meio de operações de compra, de equalização de preços ou de financiamento. A atuação governamental é feita quando o preço de mercado está abaixo do mínimo nas regiões produtoras. De acordo com Buainain; Filho (2007, p.317) :

O Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visa oferecer ao produtor uma proteção para os preços recebidos pelos produtos agrícolas. O preço para cada produto coberto pela política é anunciado antes do início do plantio e, teoricamente, define um piso para os preços recebidos pelos produtores: o “preço mínimo”. A política de preços mínimos é operacionalizada por meio dos Empréstimos do Governo Federal (EGF) e das Aquisições do Governo Federal (AGF).

Entendemos por Preço Mínimo como uma garantia de compra dos produtos que é oferecida pelo Governo Federal. Este preço é anunciado para o agricultor antes de iniciar o processo do plantio, sendo assim, ele (agricultor) poderá escolher o produto que naquele momento ele julga ser mais vantajoso.

O Programa de Garantia de Preços Mínimos foi criado com o intuito de possuir um preço padrão para a comercialização agrícola e evitar que os agricultores tenham prejuízos com uma possível queda de preço de seus produtos, principalmente na época de concentração de colheita. Por meio do preço mínimo, o produtor pode vender sua produção ou financiar sua armazenagem. Conforme Araújo (2000, p.90):

Pelo programa de garantia de preços mínimos, o Governo estabelece e garante preços mínimos a serem pagos aos produtores rurais e as suas cooperativas, para determinados produtos. Esses preços são fixados antes da intenção de plantio de cada safra, orientando os produtores quanto às prioridades do Governo e procurando garantir a cobertura de parte dos custos de produção, geralmente os custos variáveis médios para o país.

É feito um estudo pelo Governo do quanto o produtor vai ter de gasto para o plantio de determinado produto, lembrando que nestes gastos estão incluídos: a mão-de-obra necessária na produção, os insumos, o combustível, e também a depreciação dos maquinários. Depois de ser feito este cálculo, é estipulado pelo Governo um preço mínimo deste produto, no qual já está embutida uma porcentagem de lucro. Com isso, cabe ao produtor ver se é viável ou não fazer o plantio.

3.2.3 Seguro Rural

O Seguro Rural é um dos mais importantes instrumentos de política agrícola por permitir ao produtor proteger-se contra perdas decorrentes, principalmente de fenômenos climáticos adversos. Contudo, é mais abrangente, cobrindo não só a atividade agrícola, mas também a atividade pecuária, o patrimônio do produtor rural, seus produtos, o crédito para comercialização desses produtos, além do seguro de vida dos produtores. Conforme Buainain;Filho (2007, p.317) :

A atividade agropecuária é sujeita a um elevado grau de risco e incerteza. Daí a necessidade de um mecanismo especial de proteção. Enquanto os programas de preços mínimos estão orientados para reduzir os riscos econômicos, os programas de seguro têm como principal objetivo a redução dos efeitos negativos decorrentes de condições climáticas e ambientais desfavoráveis. No Brasil, o seguro agropecuário vem sendo proporcionado por meio do Proagro. Trata-se de um seguro que, em caso de perda total ou parcial da produção decorrente de problemas climáticos, cobre apenas o financiamento tomado pelo produtor para o custeio da safra.

O objetivo maior do Seguro Rural é oferecer coberturas que, ao mesmo tempo, atendam ao produtor, sua produção, família, geração de garantias, seus financiadores, investidores, parceiros de negócios, todos interessados na maior diluição possível dos riscos, pela combinação dos diversos ramos de seguro. Conforme Guimarães; Nogueira (2009):

A agricultura é uma atividade de elevado risco e significativa incerteza que decorrem tanto da instabilidade de origem climática e das ameaças sanitárias, quanto das oscilações do mercado. Uma adequada gestão de riscos agrícolas pode afetar positivamente a estabilidade da renda do produtor rural é garantir sua própria permanência na atividade. O Seguro Agrícola atua de forma a amenizar os riscos de perdas na atividade agropecuária e proporciona a recuperação de sua capacidade financeira na eventualidade de sinistros ocorridos por motivos naturais incontroláveis.

Como relatado anteriormente, o setor agrícola é considerado uma atividade de risco, devido às incertezas, principalmente pelo fator clima. Surge, então, a necessidade de um mecanismo para proteção dos produtores na hora da produção, o chamado de seguro rural. Segundo Silva (2003, p.8):

O seguro agrícola é um instrumento de política agrícola indispensável ao desenvolvimento do setor agropecuário. A modernização tecnológica, por um lado, alavanca a eficiência e, em consequência, a renda da terra; por outro, acarreta um custo mais elevado. Portanto, é necessária uma proteção que cubra esses riscos e previna perdas incontroláveis, principalmente quanto aos riscos generalizados.[...]o seguro agrícola traz, de maneira implícita, a complexidade inerente o gerenciamento do risco que, especialmente na caso agrícola, se complica pela gravidade e pela aleatoriedade dos fenômenos que desencadeiam as perdas.

Portanto, cabe ao seguro rural cobrir as perdas na produção, lembrando que o seguro só cobre as perdas decorridas pelos fatores climáticos, como, por exemplo, granizo, seca, geada, ou até mesmo a falta ou excesso de chuva. Já quando ocorre a perda por ataque de lagartas, doença, ou falta de adubo, o seguro não paga.

Vale ressaltar também que o seguro só entra em vigor depois da germinação.

3.3 COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

A cooperativa para o setor agrícola é de suma importância, pois cabe a esta comercializar os grãos e vender os insumos necessários para a produção. De acordo com Araújo (2005, p.15):

A “agricultura” de antes, ou setor primário, passa a depender de muitos serviços, máquinas e insumos que vem de fora. Depende também do que ocorre depois da produção, como armazéns, infraestruturas diversas (estradas, portos e outras), agroindústrias, mercados atacadista e varejista, exportação.

Assim, fica evidente que o setor agrícola é um setor que também depende de outras atividades para que tudo possa ocorrer devidamente bem. Contudo, após o produtor fazer a colheita e estar com o produto pronto, este precisa de mecanismos para que o auxilie a venda e, para isso, existem as cooperativas.

É de responsabilidade das cooperativas agrícolas fornecerem as matérias-primas necessárias para a produção e, depois do produto já finalizado, cabe a ela comercializar, oferecendo para o mercado. Segundo Lauschner (1982, p.51):

A cooperativa é organismo técnico porque deve preocupar-se com a produtividade física, ou seja, com os métodos e processos de produção, com o estudo dos tempos e movimentos, com layout, etc. é um organismo econômico, porque deve preocupar-se com as condições de economicidade e rentabilidade ótimas, isto é, com o máximo de produção ao mínimo de custos. É um organismo financeiro, porque necessita ocupar-se com a origem e aplicação de capitais e as posições mais adequadas das contas do

ativo e passivo. Está sob administração coletiva, porque assumida pelos associados e seus representantes.

Uma cooperativa tem vários associados, dando condição de oferecer um preço vantajoso de insumos para seus cooperados e também um preço interessante na hora de venda. A cooperativa possui poder de barganha pelo grande número de cooperados que ela possui, pois, com essa união dos cooperados, eles conseguem preços melhores, tanto na hora da compra de insumos, quanto na hora da venda de grãos. Na visão Neto (2000 , p.236) :

A missão fundamental outorgada à economia empresarial cooperativa é servir como intermediária entre o mercado e as economias dos cooperados para promover o seu incremento, podendo promover a integração do produtor à cadeia produtiva.

Cabem às cooperativas agrícolas ser um ponto de ligação entre o mercado consumidor e os produtores, inserindo os produtos agrícolas no mercado consumidor. Segundo Mendes, Ph. D. em Economia e Agribusiness pela Ohio State University (1980):

Individualmente, nenhum produtor, por maior que seja (nem Blairo Maggi, o rei da soja, com quase 200 mil hectares cultivados), tem o poder de influenciar os preços, ou melhor, o produtor agrícola é um dependente do mercado, recebendo o preço que o mercado determina.

Notamos que é mais vantajoso para o agricultor ser um associado, pois, se não o fosse, venderia o produto isoladamente e teria pequeno poder de negociação. Já a cooperativa, juntando os produtos de vários agricultores, possui grande poder de negociação e consegue preço melhor, além de conhecer o mercado. Segundo Pinho (apud ROQUE, 1982, p.51):

A cooperativa é o organismo técnico econômico e financeiro sob administração coletiva que mantém nas mãos dos trabalhadores toda gestão e risco e destina ao fator trabalho e para a sociedade global todo

valor agregado, depois de pago o juro (ou taxa fixa de arrendamento do fator capital).

Levando em consideração as cooperativas agrícolas, entendemos que, neste caso, ela (cooperativa) fica responsável pela comercialização dos grãos e pela venda de insumos utilizados na produção. De acordo com Neves (2005, p.46):

A evolução entre 2004 (US\$ 2.002,7 milhões) e 2003 (US\$ 1.303,8 milhões) foi de 35%, puxada pelo bom desempenho exportador do agronegócio brasileiro e, principalmente, pelo complexo soja, carro-chefe das commodities agrícolas do País no exterior.

Dessa maneira, identificamos, além da participação da agricultura brasileira no exterior, a atuação das cooperativas na hora da venda.

Produto	2003	2004	Varição (%)
Soja em grão	268,0	413,7	54,4%
Farelo de soja	214,2	351,0	63,9%
Outros açúcares	241,3	266,5	10,4%
Carne de frango (pedaços e miudezas)	120,0	185,4	54,5%
Café torrado	82,7	133,7	61,7%
Álcool etílico	17,9	113,8	535,4%
Carne Suína	42,5	88,6	108,5%
Milho	72,9	86,7	18,9%
Trigo	4,7	83,3	1.680,9%
Óleo de soja	91,9	72,4	-21,3%
Açúcar de cana bruto	15,7	30,7	95,6%

Tabela 2 Exportação das cooperativas: principais produtos, 2003-2004 (em milhões US\$ FOB)

In: NEVES, Evaristo Marzabal. Cooperativas Brasileiras: O vigor das Exportações in Agronegócio do Brasil. 2005, p.46)

A partir da Tabela 2, notamos os principais produtos brasileiros exportados, dando ênfase para o trigo como sendo o produto que se exporta em maior quantidade. Observamos também um aumento de 1.680,9% nas exportações do trigo de 2003 para 2004.

Fica claro que, dos onze produtos exportados, somente o óleo de soja apresentou declínio do ano de 2003 para 2004, enquanto todos os outros apresentaram aumento nas exportações.

Estado	2003	2004	Variação (%)
Paraná	663,7	992,2	49%
São Paulo	279,4	412,7	48%
Rio Grande do Sul	95,3	220,7	132%
Minas Gerais	75,5	124,0	64%
Santa Catarina	94,8	119,9	27%
Goiás	36,4	55,7	53%
Mato Grosso do Sul	33,4	30,5	-8%
Mato Grosso	7,8	18,4	136%
Bahia	9,1	10,2	12%
Tocantins	3,7	9,3	153%

Tabela 3 Exportações das cooperativas: principais Estados exportadores, 2003-2004 (em milhões US\$ FOB).)

In: NEVES, Evaristo Marzabal. Cooperativas Brasileiras: O vigor das Exportações in Agronegócio do Brasil. 2005, p.47).

A partir da análise da Tabela 3, é correto afirmar que o estado do Paraná tem uma participação maior nas exportações das cooperativas nacionais, seguido de São Paulo e Rio Grande do Sul. O estado do Paraná aumentou de 2003 para 2004 49%. O estado do Tocantins apesar de ser o que menos exporta, é o que mais aumentou sua exportação, passando de 3,7 para 9,3 milhões de US\$ FOB, com um aumento de 153%.

Notamos um aumento nas exportações dos nove estados do ano de 2003 para o ano de 2004, e somente o estado do Mato Grosso do Sul apresentou declínio, embora um declínio não muito significativo (8%).

Vale ressaltar o destino das exportações, a Tabela 4 nos revela quais são os principais destinos das exportações das cooperativas.

Países	2003	2004	Variação (%)
China	156,5	328,4	109,9%
Alemanha	177,9	200,4	12,7%
Emirados Árabes	110,4	131,4	19,1%
França	70,0	114,3	63,4%
Holanda	76,6	108,8	42,1%
Japão	65,7	101,5	54,6%
Rússia	64,3	93,2	44,8%
Espanha	46,7	72,6	55,6%
Estados Unidos	16,7	67,1	301,6%
Marrocos	43,8	62,1	41,7%

Tabela 4 Exportação das cooperativas: principais destinos, 2003-2004 (em milhões US\$ FOB)

In: NEVES, Evaristo Marzabal. Cooperativas Brasileiras: O vigor das Exportações in Agronegócio do Brasil. 2005, p.48)

Baseado na Tabela 4 percebemos que o país que mais importou em 2004 do Brasil foi a China. Observamos que todos os países apresentaram aumento nas importações dos produtos brasileiros do ano de 2003 para o ano de 2004. Dentre os dez países analisados a China foi a que mais importou em 2004 e Marrocos o que menos, dos produtos brasileiros.

O que favoreceu esse desempenho de exportação das cooperativas foi o complexo de soja, que na Tabela 2, ficou caracterizado como o produto mais exportado, e a demanda internacional, principalmente da China, seguida da Alemanha. Conforme Junior(2000 , p. 121):

A principal característica da cooperativa é a prestação de serviços a seus próprios empresários. Em outras palavras, o objeto da cooperativa é prestar serviços; o sujeito são os associados, os empresários a quem os serviços são oferecidos.

Com isso fica claro que para a existência de uma cooperativa é necessário que haja um número suficiente de cooperados, os quais partem do mesmo princípio de cooperação, pois são eles os responsáveis pela condução e gerenciamento das cooperativas.

Segundo dados obtidos da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, o Brasil possui um total de 6.791 milhões de associados, fazendo gerar 199.680 mil empregos, uma participação de 6% no PIB e chegando a exportar US\$ 2.253 bilhões.

Uma cooperativa é formada pela associação voluntária de no mínimo 20 pessoas unidas em torno de objetivos comuns de caráter econômico. Para isso, constituem uma empresa de propriedade e controle coletivo organizando a produção e comercialização de bens e serviços produzidos, dividindo benefícios materiais e sociais advindos das atividades e gerando renda e oportunidades de trabalho entre os cooperados.

3.4 PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O Brasil possui uma grande variedade climática e uma vasta extensão territorial, seus produtos agrícolas são distribuídos pelas cinco regiões existentes (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro- Oeste) de acordo com a especialidade de cada região para determinado cultivo.

Existem os produtos que mais se destacam na agricultura brasileira, eis que iremos citar, como também a região onde o mesmo é predominante.

Os dados apresentados abaixo foram obtidos através de estudos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Café

Em 1860 o café tornou-se definitivamente importante na economia brasileira, sua produção teve início na região de Campinas, no Estado de São Paulo. A partir deste fato, o café encontrou condições físicas favoráveis para o seu desenvolvimento, tais como: solo fértil, clima tropical de altitude, planalto ondulado.

Rapidamente, o café atingiu lotes a oeste do Estado, e posteriormente ocupou o Norte do PR, Sul de Minas e MS.

Cacau

O cacau é um produto que nasceu no Brasil, sendo cultivado primeiramente na Amazônia e atingindo o sul da Bahia, onde encontrou condições favoráveis para o seu desenvolvimento, como clima quente e úmido, solo espesso e fértil.

Atualmente, a Bahia tem o cacau como o seu principal produto agrícola, sendo o maior Estado produtor de cacau do país, segundo dados do IBGE.

Cana-de-açúcar

Segundo dados do IBGE, em números, o setor representa 1,5% do PIB; na exportação de etanol atinge a marca de cinco bilhões de litros, e de açúcar destina

ao comércio externo 20 milhões de toneladas. O Brasil é considerado um dos maiores produtores de cana-de-açúcar (Tabela 5), e exporta principalmente para os Estados Unidos, Europa e Rússia.

Soja

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja, o primeiro é os Estados Unidos. A soja é um produto recente no Brasil, e nas últimas décadas tem se tornado importante na produção agrícola brasileira, e nas exportações.

No Brasil, as regiões Sul e Sudeste são as principais produtoras de soja, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor brasileiro.

Milho

No Brasil, a sua cultura está presente em todos os Estados, sendo o Paraná o principal produtor de milho.

Mundialmente, os Estados Unidos é o maior produtor de milho, seguido da China e do Brasil . No ano de 2006 a área plantada com o seu cultivo no Brasil foi de cerca de treze milhões de hectares, com uma produção superior a quarenta e um milhões de toneladas - produtividade considerada aquém da capacidade.

Trigo

É o produto alimentício mais importado pelo Brasil. Em 1993 foram 5,0 milhões de toneladas de trigo importado para o Brasil, pois o consumo interno foi de 7,2 milhões de toneladas e a produção interna foi de 2,3 milhões de toneladas.

Arroz

O Brasil é considerado um dos maiores produtores mundiais de arroz.

No Brasil encontramos a cultura de arroz em todos os estados, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor brasileiro, seguido de Minas Gerais e Goiás.

Algodão

O Brasil ocupa a 6ª colocação dos maiores produtores mundiais de algodão, sendo superado pela China, Rússia, EUA, Índia e Paquistão.

Segundo dados da USDA's Foreign Agricultural Service and Global Trade Information Services data. em 2005, a agricultura brasileira ocupava o primeiro lugar na produção e exportação de açúcar (42% da produção mundial), etanol (51%), café (26%), suco de laranja (80%) e tabaco (29%); segundo maior produtor e exportador de soja em grãos (35% da produção mundial) e soja em farelo (25%); no milho era o quarto maior produtor, e terceiro maior exportador (com 35% da produção).

Dados do relatório da OMC referente a 2010, apesar de 80% da produção de grãos estar em áreas temperadas, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de exportação em produtos como açúcar, café, suco de laranja, tabaco e álcool; e o segundo lugar em soja e milho.

Segue abaixo uma tabela com a produção em números (toneladas) dos principais produtos agrícolas, no mês de novembro e dezembro do ano de 2010.

É notório que a cana-de-açúcar tem um maior destaque, com produção recorde nos dois meses.

Produtos Agrícolas	Produção (t)		
	Novembro	Dezembro	Variação %
Algodão herbáceo (em caroço)	2 930 431	2 931 295	0,0
Amendoim (em casca) - Total	232 026	232 261	0,1
Amendoim (em casca) 1ª safra	203 698	203 698	-
Amendoim (em casca) 2ª safra	28 328	28 563	0,8
Arroz (em casca)	11 311 750	11 325 672	0,1
Aveia (em grão)	327 223	365 092	11,6
Batata-inglesa - Total	3 576 668	3 576 755	0,0
Batata-inglesa 1ª safra	1 536 637	1 536 637	-
Batata-inglesa 2ª safra	1 186 649	1 186 382	-0,0
Batata-inglesa 3ª safra	853 382	853 736	0,0
Cacau (em amêndoa)	232 296	233 710	0,6
Café (em grão)	2 884 433	2 862 013	-0,8
Cana-de-Açúcar	731 629 812	729 559 596	-0,3
Cebola	1 498 382	1 548 146	3,3
Cevada (em grão)	265 540	268 860	1,3
Feijão (em grão) - Total	3 263 290	3 223 074	-1,2
Feijão (em grão) 1ª safra	1 576 851	1 556 252	-1,3
Feijão (em grão) 2ª safra	1 216 081	1 192 968	-1,9
Feijão (em grão) 3ª safra	470 358	473 854	0,7
Laranja	19 054 994	19 094 786	0,2
Mamona	81 415	93 054	14,3
Mandioca	25 788 333	24 831 364	-3,7
Milho (em grão) - Total	55 695 072	56 059 638	0,7
Milho (em grão) 1ª safra	33 825 013	34 011 631	0,6
Milho (em grão) 2ª safra	21 870 059	22 048 007	0,8
Soja (em grão)	68 467 108	68 479 967	0,0
Sorgo (em grão)	1 485 721	1 504 380	1,3
Trigo (em grão)	5 722 792	5 960 523	4,2
Triticale (em grão)	114 379	120 959	5,8

Tabela 5 – Principais produtos agrícolas Brasileiros – Novembro / Dezembro 2010

FONTE - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias - GCEA/IBGE, DPE, COAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, Dezembro 2010.

4. INTERSECÇÃO ECONOMIA E AGRICULTURA NO BRASIL

A grande participação e o forte efeito multiplicador do setor agrícola no PIB, o alto peso dos produtos de origem agrícola (básicos, semi-elaborados e industrializados) na pauta de exportações, bem como a boa qualidade aderida a esses produtos, a contribuição para o controle da inflação e a oferta de empregos do setor são alguns exemplos da importância da agricultura para o desempenho da economia brasileira. Esta, por sinal, possui uma grande responsabilidade em atender as perspectivas, tanto do mercado interno, quanto do externo.

Em relação ao mercado externo, os índices de exportação estão crescendo de forma significativa, e o que vale ressaltar é a procura por parte dos países estrangeiros pelos produtos brasileiros. Conforme foi divulgado no Canal do Produtor (apud VIEIRA,2011):

Já foi divulgado nos jornais e na TV que a China irá comprar 20% a mais de nossos alimentos. Um bom salto se comparado com anos anteriores. E isso só foi possível por conta de nossa produção e o cuidado com os produtos enviados para lá. Devemos tudo isso ao produtor rural, que sabe da sua importância e deseja negociar com outros países”

Com essa informação, cabe agora aos produtores rurais enfatizarem em suas produções, pois os mesmos já têm a ciência da procura de nossos alimentos oriundos dos chineses.

Entendemos por Valor Bruto da Produção todas as quantidades de bens e serviços produzidos, multiplicadas por seus respectivos preços.

Segundo Canal do Produtor (apud CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), 2011):

A perspectiva de crescimento de 2,6% na produção nacional de grãos na safra 2010/2011 elevaram as previsões para o Valor Bruto da Produção (VBP), que deve fechar o ano de 2011 em R\$ 271,7 bilhões, um crescimento de 7,2% em relação ao montante de R\$ 253,4 bilhões de 2010.

O crescimento na produção tem como uma das consequências a elevação do Valor Bruto da Produção. É uma grandeza proporcional, pois, à medida que se aumenta a quantidade produzida, eleva-se o Valor Bruto da Produção, tendo em vista que a quantidade produzida é multiplicada pelo seu preço. E, relacionada à agricultura, esse valor pode apresentar um crescimento de 7,2% em relação ao ano passado, isso se dá graças às quantidades produzidas. Segundo Byrns;Stone (1995, p.39):

A alocação de recursos de modo mais eficiente permite movimentos de dentro de uma fronteira de possibilidades de produção para a sua extremidade; a produção é expandida, mas não a capacidade produtiva. O crescimento econômico implica deslocamentos para fora das fronteiras de possibilidades de produção de modo que uma quantidade maior de todos os bens pode ser produzida. Isto requer tanto (a) avanços na tecnologia, quanto (b) a aquisição de mais recursos. O crescimento ocorre quando os empreendedores implementam nova tecnologia que possibilita a certas quantidades de recursos gerarem mais produção.

Fica claro que o crescimento econômico é caracterizado por um aumento na produtividade do bem ou serviço, e esse aumento é acarretado pelo empreendedor em aderir a novas tecnologias, bem como adquirir mais recursos. Além do crescimento na produtividade, é importante a qualidade do bem ou serviço. Dessa forma, entendemos o motivo para implementar novas tecnologias e adquirir mais recursos. Na visão do Brasil Agro (apud ROSSI, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011):

Neste século XXI, a tecnologia dominante adotada na produção de alimentos é adaptada pelos cientistas brasileiros. É por isso que o país está entre aqueles que detêm os mais altos índices de produtividade, com ganho médio anual acima de 5%. Os destaques são para as sementes adaptadas às adversidades climáticas, aquelas modificadas que garantem resistência ao uso de herbicidas. A adubação ocorre graças ao conhecimento químico que encontra fórmulas adaptadas a diferentes tipos de solos. O uso

responsável de defensivos garante o combate a pragas e doenças. Tecnologia mais a garantia de recursos do governo permitiram ao país obter sucessivos recordes

No entanto, podemos dizer que, se a tecnologia e as práticas dominantes hoje fossem adotadas nos anos 60, seria necessário ampliar hectares de terras para áreas de cultivo. O país necessitaria triplicar sua área destinada à produção de grãos.

A tecnologia implantada na produção de alimentos muito contribui para aumentar sua produção. Quando falamos em tecnologia, muitos subentendem que sejam máquinas, ferramentas, mas, neste caso, além das tecnologias aderidas aos maquinários, são também as tecnologias utilizadas para melhoria nas sementes, no solo, nos defensivos, itens esses que são de fundamental importância para uma excelente produção.

É preciso compreender que, através do conhecimento por parte do produtor aplicado à realidade do campo, juntamente com os recursos oferecidos pelo governo federal para o financiamento da produção e a persistência do produtor, é que permite à agricultura nacional obter sucessivos recordes.

De acordo com o Ministério da Agricultura, o Brasil, em 2021, terá uma produção de grãos superior a 195 milhões de toneladas, numa área pouco superior a 50,7 milhões de hectares. A produção de carnes deve superar 31,2 milhões de toneladas. Os dados demonstram que a história recente da nossa agricultura se traduz em benefícios ao país, com geração de empregos, maior contribuição ao desenvolvimento, mais alimentos, riqueza e compromisso com o meio ambiente, servindo como fator contra das ameaças produzidas pelas mudanças climáticas.

Com avanço da tecnologia nos moldes produtivos da agricultura, os produtores visam a alcançar maior rentabilidade, visto que a mecanização permite ampliar as áreas cultivadas ou a escala de produção. Conforme Gonçalves Neto (1997, p.78) :

A década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de "milagre brasileiro", a

agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também.

A partir da década de 70, notamos como sendo um período em que o setor agrícola passa a ser beneficiado, pois o mesmo conta com inovadas tecnologias que foram, com o tempo, sendo aderidas aos maquinários, com uma política financeira de fácil acesso e também com a grande demanda por seus produtos.

Gradativamente, a década de 1970 vai sendo marcada pela chamada "industrialização da agricultura", sendo esta cada vez mais subordinada à indústria e, conseqüentemente, subordinada ao capital.

Em termos de economia brasileira, o ano 70 ficou marcado pelo período da modernização da agricultura, que modificou sua estrutura com o processo de industrialização da mesma. Sendo assim, o produto de origem agrícola que faz parte na pauta de exportações já não é mais o produto primário, mas sim, produtos com diferentes níveis de processamento na indústria.

No que tange às taxas anuais de crescimento da agricultura brasileira, podemos dizer que foram sempre positivas, com poucas variações em cada década, mesmo na década de 1980, consideradas como "perdidas" para alguns autores.

De acordo com Rezende e Goldin (1993), a agricultura brasileira cresceu numa taxa média anual de 4,5% entre 1950 e 1965, quase 4% entre 1965 e 1980 e 3,2% na década de 1980. Conforme Jales (2005):

Poucos países têm tanto a ganhar com a liberalização multilateral do comércio agrícola quanto o Brasil. O país é hoje o maior exportador líquido mundial de produtos agrícolas, detém índices extraordinários de produtividade no campo e apresenta um enorme potencial de expansão da produção. As importações não representam uma ameaça à agricultura brasileira. Além de estar entre os países que menos importam produtos agrícolas no mundo, o Brasil concede acesso livre ou preferencial à grande maioria das importações agrícolas que ingressam no país. No contexto de expansão das exportações brasileiras, os países em desenvolvimento têm um papel fundamental: representam metade de tudo que a agricultura

brasileira vende no exterior e são os mercados para os quais os envios brasileiros têm crescido a taxas mais elevadas.

O país sendo considerado o maior exportador líquido mundial de produtos agrícolas faz com que isto seja um grande marco para a economia brasileira, principalmente por serem países desenvolvidos nossos maiores compradores. Outro ponto relevante é o baixo índice nas importações, já que o Brasil é considerado um dos países que menos importam. Segundo estudo feito no Instituto de Estudo do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), em 2004, o valor das exportações agrícolas brasileiras foi quase oito vezes superior ao valor das importações. Os fluxos de exportação têm seguido uma trajetória inversa aos fluxos de importação. Foi registrado, entre 1995 e 2004, um aumento das vendas em uma taxa média anual de 6%, enquanto as compras de produtos agrícolas vindos do exterior caíram a uma taxa média anual de 8% no mesmo período. No período de 2000 a 2004, as exportações cresceram a uma impressionante taxa anual de 20% e as importações se contraíram a uma taxa média anual de 3%.

O reflexo das importações e exportações será avaliado na balança comercial do país, o qual é responsável por registrar todas as compras (importação) e venda (exportação) do país. O saldo da balança comercial é a diferença do que foi vendido pelo que foi comprado pelo país. Esse resultado pode ser positivo (superávit), quando o Brasil mais vende para os outros países do que compra, ou negativo(déficit), quando as exportações são menores do que as importações. Segundo o Portal do Agronegócio (2011):

Até 23 de janeiro de 2011, o superávit da balança totalizou US\$ 690 milhões, fruto de US\$ 10,93 bilhões em exportações e US\$ 10,24 bilhões em compras do exterior. Na parcial deste mês, a média de exportações soma US\$ 729 milhões, com aumento de 29% frente ao mesmo mês do ano passado, enquanto que as importações totalizaram US\$ 683 milhões por dia útil, com aumento de 19% frente a janeiro de 2010.

Observamos a importância das exportações para que a balança comercial feche com superávit e, como foi mencionado, no mês de janeiro de 2011 as exportações

somaram em US\$ 729 milhões, enquanto as importações, US\$ 683 milhões. Conforme Machado (1994):

Apesar de ser uma economia expressiva do mundo, com um PIB de R\$ 1 trilhão e 200 bilhões em 2001, o Brasil ocupa apenas o 19º lugar na lista dos maiores exportadores mundiais e o 8º lugar na lista dos maiores exportadores agrícolas. Em termos de participação nas exportações e importações mundiais, os índices refletem preocupação (quase obsessiva de décadas) de se obter superávits a qualquer custo na balança comercial, e o pouco caso dado à expansão do comércio exterior como estratégia de desenvolvimento e aumento de Bem-Estar.

Neste momento, fica um alerta para aumentar as exportações: é plenamente satisfatório para o país fechar a balança comercial em superávit, então o Governo adota medidas para incentivar a produção interna e estimular as exportações.

Na Tabela 6, está exposta a evolução da participação da agricultura na balança comercial Brasileira.

ANO	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES			SALDO		
	Total	Agrícola	%	Total	Agrícola	%	Total	Agrícola	%
1970	2,7	2,0	74,1	2,8	0,3	10,7	-0,1	1,7	—
1975	13,6	8,9	65,4	13,5	0,8	5,9	0,1	8,1	99,8
1980	20,1	9,4	46,8	25,0	2,5	10,0	-4,9	6,9	—
1985	25,6	8,8	34,4	13,1	1,1	8,4	12,4	7,6	61,2
1986	22,3	7,1	31,8	14,0	2,3	16,4	8,3	4,8	57,8
1987	26,2	8,5	32,4	15,0	1,3	8,7	11,1	7,1	63,9
1988	33,7	10,0	29,7	14,6	0,9	6,2	19,1	9,0	47,1
1989	34,3	9,5	27,7	18,2	1,9	10,4	16,1	7,5	46,6
1990	31,4	8,5	27,1	20,6	2,3	11,2	10,7	6,2	57,9
1991	31,6	7,5	23,7	21,0	2,7	12,9	10,5	4,8	45,7
1992	36,1	8,6	23,8	20,5	2,2	10,7	15,5	6,4	41,3
1993	38,7	9,4	24,3	25,4	2,8	11,0	13,2	6,6	50,0
1994	43,5	12,3	28,3	33,1	4,0	12,1	10,3	8,2	79,6
1995	46,5	13,5	29,0	49,8	5,8	11,6	-3,3	7,6	—
1996	47,7	14,5	30,4	53,2	6,1	11,5	-5,5	8,4	—
1997	53,0	16,0	30,2	59,7	6,5	10,9	-6,7	9,5	—
1998	51,1	15,2	29,7	57,7	5,8	10,1	-6,6	9,4	—
1999	48,0	13,8	28,8	49,3	4,1	8,3	-1,3	9,7	—
2000	55,1	12,8	23,2	55,8	4,2	7,5	-0,7	8,6	—
2001	58,2	0,0	0,0	55,6	0,0	0,0	2,6	0,0	—
2002*	7,6	0,0	0,0	7,2	0,0	0,0	0,4	0,0	—

Tabela 6 Participação da agricultura na balança comercial brasileira (em milhões de dólares), 1970-2002.

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília.
Disponível em : < <http://www.mdic.gov.br/indicadores/intercambio.htm>>

* Estimativa do FMI (Dezembro/2001); ** Janeiro a Fevereiro.

Notamos um grande salto: em 1970, o saldo fechou em US\$ 1,7 bilhões, cinco anos depois passou para US\$ 8,1 bilhões. Isso se deu ao período do milagre econômico citado anteriormente, em que foram implantadas novas tecnologias, fazendo sua produção aumentar e, conseqüentemente, tendo a capacidade de suprir a demanda interna e externa.

Em 1999 foi o ano em que a balança comercial agrícola apresentou seu maior superávit, obtendo US\$ 9,7 bilhões, com exportação no valor de US\$ 13,8 bilhões e importações de US\$ 4,1 bilhões.

Em 1970 o saldo foi de 1,7 milhões de dólares e em 2000, 8,6 milhões de dólares. Com excesso no ano de 1986 e 1991 (saldo de 4,8 milhões de dólares em cada ano) todos os outros anos tiveram saldo acima de 6 milhões de dólares.

ANO	IMPORTAÇÕES TOTAIS			IMPORTAÇÕES AGRÍCOLAS		
	Mundiais	Brasil	%	Mundiais*	Brasil	%
1970	287,1	2,8	0,98	62,2	0,3	0,48
1975	801,3	13,5	1,68	137,2	0,8	0,58
1980	1.855,6	25,0	1,35	254,8	2,5	0,98
1985	1.792,4	13,2	0,74	224,1	1,2	0,54
1990	1.609,6	20,7	1,29	353,0	2,4	0,58
1991	1.609,3	21,0	1,30	354,8	2,7	0,76
1992	3.874,6	20,6	0,53	383,1	2,2	0,57
1993	3.769,3	25,3	0,68	351,2	2,8	0,80
1994	4.288,8	33,1	0,77	404,9	4,4	1,03
1995	5.027,2	49,8	0,99	461,8	6,2	1,33
1996	5.351,4	53,3	0,95	479,1	6,2	1,34
1997	5.502,0	59,7	1,09	467,3	6,5	1,39
1998	5.658,0	57,7	1,02	455,6	5,8	1,27
1999	5.876,0	49,3	0,84	441,6	4,1	0,93
2000	6.621,8	55,8	0,88	432,3	4,2	1,07
2001	6427,8*	55,6	-	-	-	-
2002	6516,8*	7,2**	-	-	-	-

Tabela 7 Participação do Brasil nas importações mundiais, em US\$ bilhões, 1970-2002.

Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura. Estatísticas . Disponível em : < http://www.agrocultura.gov.br/spa/pagespa/ch08/8_6.xls>.

* Estimativa do FMI (Dezembro/2001); ** Janeiro a Fevereiro.

A Tabela 7 nos mostra que, entre 1970 e 2001, as importações totais mundiais passaram de US\$ 287,1 bilhões para US\$ 6.427,8 bilhões, e as importações totais no Brasil de US\$ 2,8 bilhões passaram para US\$ 55,6 bilhões. As importações agrícolas brasileiras passaram de US\$ 300 milhões para US\$ 4,2 bilhões em 2000, sendo que, a partir de 1994, passou a ultrapassar 1% na participação das importações agrícolas.

As importações totais no Brasil aumentaram de US\$ 2,8 bilhões no ano de 1970 para US\$ 55,8 bilhões no ano de 2000 e as importações agrícolas no Brasil aumentaram de US\$ 0,3 bilhões para US\$ 4,2 bilhões no mesmo período. Fazendo uma comparação nesse aumento, notamos que o setor agrícola teve um aumento significativo em suas importações, comparado com o aumento nas importações totais no Brasil. Especificamente com relação às importações agrícolas no Brasil, estas apresentaram crescimento, entre 1970 a 2000, de 0,48% para 1,07% do total das importações. Esta evolução positiva é caracterizada pelas políticas implementadas naquele período, com a qual havia preocupação de se aumentar a produção incorporando novas técnicas de cultivo com a utilização de insumos e tecnologia importados.

Vale ressaltar que a política comercial brasileira tem uma grande influência na participação do país tanto nas importações quanto nas exportações, pois a mesma atua de forma a ajustar a balança comercial.

No Brasil, os produtos destinados ao mercado externo foram os que apresentaram maiores taxas de crescimento em termos de volume produzido, enquanto a agricultura de mercado interno teve um desempenho inferior. Os aumentos de preços no mercado internacional tiveram importante papel nesse direcionamento da agricultura, uma vez que os produtos destinados ao consumo interno tinham seus preços deprimidos em função da atuação do governo na garantia de alimento a um custo menor para a população, que tinham, por sua vez, o papel de garantir os níveis de lucratividade dos setores industriais que tentavam se desenvolver no país (OLIVEIRA, 1987)

ANO	EXPORTAÇÕES TOTAIS			EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS		
	Mundiais	Brasil	%	Mundiais	Brasil	%
1970	282,2	2,7	0,96	53,5	2,0	3,74
1975	796,4	13,6	1,71	122,4	8,9	7,27
1980	1.845,7	20,1	1,09	232,5	9,4	4,04
1985	1.784,5	25,6	1,43	208,5	8,8	4,22
1990	3.336,0	31,4	0,94	326,6	8,6	2,63
1991	3.451,2	31,6	0,92	239,4	7,6	3,17
1992	3.658,0	36,1	0,99	354,8	8,7	2,45
1993	3.764,2	38,7	1,03	335,8	9,5	2,83
1994	4.283,1	43,5	1,02	389,2	12,5	3,26
1995	5.011,5	46,5	0,93	443,6	13,3	3,23
1996	5.150,0	47,7	0,85	465,8	14,3	3,07
1997	5.325,0	53,0	1,00	458,0	16,0	3,49
1998	5.434,0	51,1	0,94	437,7	15,2	3,47
1999	5.549,5	48,0	0,86	416,8	13,8	3,31
2000	6.253,3	55,1	0,88	414,0	12,8	3,08
2001	6.064,0	58,2	0,96	-	-	-
2002	6.147,9*	7,6**	-	-	-	-

Tabela 8 Participação do Brasil nas exportações mundiais, em US\$ bilhões, 1970-2002.

Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura. Estatísticas. Disponível em: <
http://www.agrocultura.gov.br/spa/pagespa/ch08/8_7.xls>

* Estimativa do FMI (Dezembro/2001); ** Janeiro a Fevereiro.

A maior participação do Brasil no mercado internacional, em termos de exportações, ocorreu em 1975, quando o índice chegou a 1,71%, oriundo das exportações totais. Notamos que foi no mesmo ano que as exportações agrícolas obtiveram a maior participação obtendo 7,27%, influenciando na obtenção dos elevados índices nas exportações totais deste ano. . O setor respondeu muito bem à política comercial implantada no período que, de certa forma, incentivou as exportações, além de ter um grande estímulo nos preços do mercado internacional.

As exportações agrícolas mundiais aumentaram de 1970 a 2000 e notamos que as exportações agrícolas brasileiras também aumentaram, pois o Brasil teve condição de acompanhar o mercado externo no que diz respeito às exportações.

No gráfico abaixo, estão representados as exportações, importações e saldo comercial agrícola no período de 1995 a 2004.

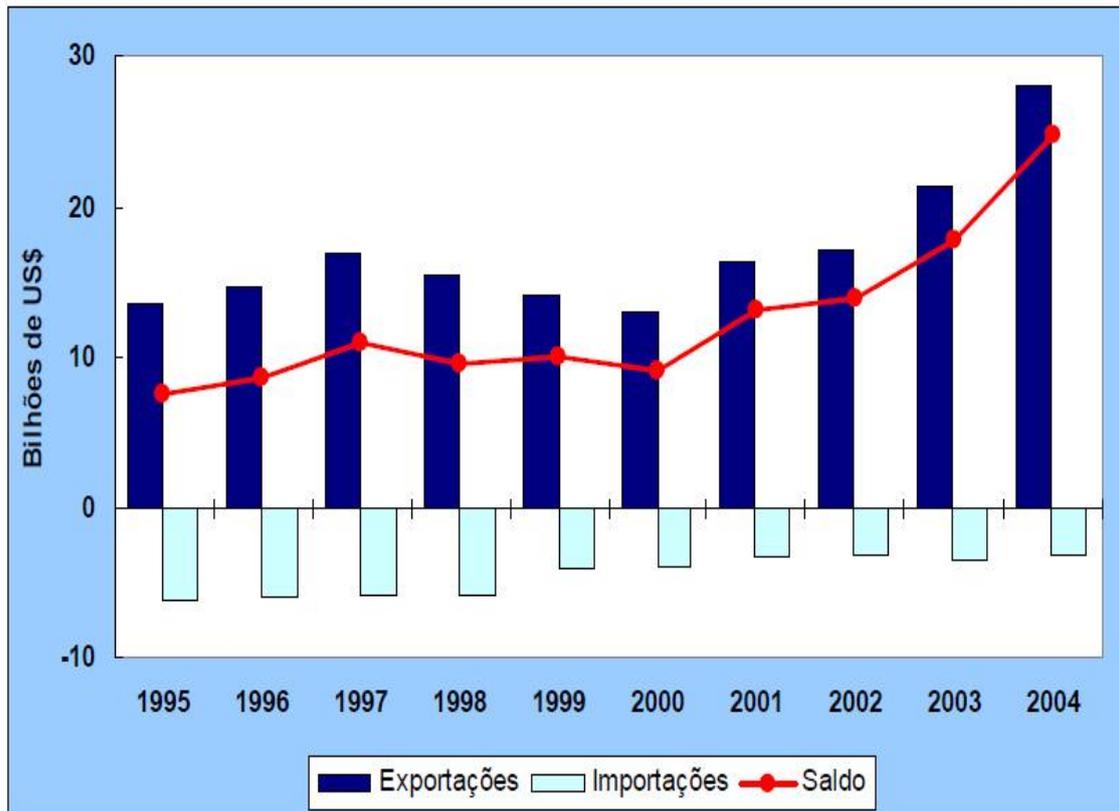


Gráfico 2 : Exportações, Importações e Saldo Comercial Agrícola : Brasil (1995-2004).

Fonte: SECEX-MDIC. Disponível em: <

http://ceragro.iica.int/Ddocuments/insercao_brasil_comercio_agricola.pdf>

Nas colunas azuis mais escuras, estão representadas as exportações, que, no ano de 2004, atingiram quase US\$ 30 bilhões, e a linha vermelha o saldo da balança comercial. Notamos, neste momento, um salto no saldo da balança comercial entre 1995 e 2004, como também o aumento nas exportações. Conseqüentemente, este aumento fez com que nosso saldo fechasse com superávit, sendo este um dos objetivos das políticas comerciais agrícolas. Segundo Jales (2005) :

Em 2004, o valor das exportações agrícolas brasileiras foi quase oito vezes superior ao valor das importações. Os fluxos de exportação tem seguido uma trajetória inversa aos fluxos de importação: enquanto as vendas externas da agricultura brasileira cresceram a uma taxa média anual de 6% entre 1995 e 2004, as compras de produtos agrícolas vindas do exterior caíram a uma taxa média anual de 8% no mesmo período. Entre 2000 e 2004, as exportações cresceram a uma impressionante taxa anual de 20% e as importações se contraíram a uma taxa média anual de 3%.

Observamos, neste período, um grande volume nas exportações agrícolas brasileiras e, em contrapartida, uma baixa nas importações, pois, como podemos observar no Gráfico 2, as exportações estão aumentando a uma taxa média anual de 6%, e as importações diminuindo a uma taxa média anual de 8%. Para o Brasil, isso é muito vantajoso, pois uma vez que as exportações, ou seja, as vendas externas, são maiores que as compras (importação), tem como consequência um saldo positivo na balança comercial brasileira, fechando com superávit. De acordo com Froyen (1999,p.19):

Produto Interno Bruto (PIB) é uma medida de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional, em determinado período de tempo, avaliados a preços de mercado. O PIB inclui somente a produção corrente, verificada no período considerado, de bens e serviços. Somente bens e serviços finais entra no PIB

Entendemos PIB como sendo a soma de todos os bens e produtos produzidos em uma região durante um período determinado, ao qual cabe representar toda riqueza gerada internamente no País. O cálculo do PIB brasileiro é feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Para o cálculo, é necessário que seja calculada a contribuição de cada setor no país, para que, assim, seja feita a soma que gerará o valor do PIB brasileiro.

Dentre os vários setores responsáveis pela economia do País, merece destaque o setor agrícola. A agricultura é um dos principais setores que a cada ano cresce e tem grande representatividade no PIB brasileiro. Segundo Aoun (2008):

No período de 1995 a 2005,o PIB total brasileiro cresceu 2,23% ao ano. O valor adicionado pela agricultura brasileira contribuiu com um crescimento médio de 4,25% ao ano, a indústria brasileira cresceu a uma taxa média anual de 1,54% enquanto o de serviços cresceu 2,39% ao ano. Em igual período, o PIB do Estado de São Paulo cresceu 1,88% ao ano. O valor adicionado pela agricultura paulista apresentou crescimento à taxa média de 2,41% ao ano, enquanto a indústria paulista cresceu apenas 1,14% ao ano e o setor de serviços 2,12% ao ano. Em nenhum grupo de atividade

São Paulo conseguiu superar as atividades em nível nacional no período total.

Dentre os diversos setores que constituem o PIB, notamos o destaque que o setor agrícola possui na contribuição do nosso PIB. Este setor contribui tanto para o crescimento deste, quanto para o PIB da agricultura do estado de São Paulo. Conforme Reis:

Desde 2003, a agricultura vem crescendo consideravelmente e atingindo números altos e tendo grande participação no PIB do nosso país. Os números crescem significativamente e são reflexo do trabalho e dos melhores preços pagos internacionalmente pelos produtos da agricultura brasileira.

A demanda pelos alimentos brasileiros, a excelente qualidade desses alimentos, a mão-de-obra qualificada, a terra fértil que faz gerar produtos de qualidade, tudo isso, entre outros itens, contribuem de forma significativa para a boa participação deste setor no PIB brasileiro.

No entanto, a agricultura brasileira conta com diversos fatores que fazem a mesma gerar produtos de qualidade e em grande quantidade, e isso faz com que os produtores consigam vender seus produtos a um preço elevado para o exterior

O conjunto dessas informações sobre a agricultura brasileira, mostrando sua maior participação no PIB e nas exportações pode ser entendido como sucesso para o setor. No entanto, sob o ponto de vista do conjunto da economia, essa mesma evolução caracteriza aumento da vulnerabilidade externa do país.

Um país está vulnerável no comércio quando diminui a participação nas importações mundiais de um produto com importância crescente na sua pauta de exportação (FAJNZYLBBER ,1991).

Nesse sentido, a agricultura brasileira está em posição de vulnerabilidade porque a demanda internacional por produtos agrícolas cresce menos que a dos demais produtos, enquanto o Brasil vem aumentando sua participação nesse mercado.

ANO	Agronegócio (%)	Agricultura (%)	Pecuária (%)
1994	28,42	20,50	7,92
1995	24,24	17,29	6,95
1996	22,15	15,92	6,23
1997	21,29	15,47	5,82
1998	21,33	15,28	6,06
1999	22,24	15,66	6,58
2000	22,87	15,76	7,11
2001	23,26	16,05	7,21
2002	25,31	17,76	7,55
2003	28,79	20,41	8,37
2004	28,28	20,12	8,16
2005	25,83	18,16	7,67
2006	23,92	17,18	6,74
2007	24,15	17,17	6,98
2008	25,21	17,78	7,43
2009	23,19	16,18	7,01
2010	22,34	15,74	6,60

Tabela 9 Participação (%) do PIB do Agronegócio, da Agricultura e da Pecuária Brasileiro no PIB Brasileiro de 1994 a 2010.

Fonte: Cepea-USP/CNA . Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>>.

A agricultura faz parte do agronegócio, assim como a pecuária, por isso, entendemos por agronegócio toda relação comercial e industrial que envolve a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. A tabela acima demonstra a participação do agronegócio, da agricultura e da pecuária no PIB brasileiro, sendo que a soma das duas (agricultura e pecuária) resulta na participação do agronegócio no PIB brasileiro.

Comparando a agricultura e a pecuária, notamos uma maior participação da agricultura, pois a mesma varia de 15% a 20%, enquanto a pecuária varia de 5% a 8%, lembrando que isto foi registrado no período de 1994 a 2010.

Notamos que houve um declínio na participação da agricultura, de 1994 a 2010, pois a mesma, em 1994, estava 20,50%, e em 2010 fechou com 15,74%, uma queda de 4,76%, mas que, ainda assim, comparada com outros setores, a agricultura tem uma grande participação no PIB brasileiro, fazendo com que o nosso PIB feche em patamares satisfatórios para nossa economia.

Somando as porcentagens do agronegócio de 1994 a 2010, resultou em 412,82%, e a soma da porcentagem da agricultura foi de 292,43%. Podemos dizer, então, que deste total do agronegócio a agricultura foi responsável por 70,84% , e a pecuária somente 29,16%. Conforme Cepea:

O agronegócio brasileiro começou 2011 com boas perspectivas. Em janeiro, o setor cresceu 0,41%, sustentado pelo desempenho positivo do volume produzido na agricultura e pela alta nos preços médios recebidos pelos produtores. No primeiro mês de 2011, as atividades agrícolas foram as que mais favoreceram o crescimento da renda do segmento primário. O algodão registra o maior crescimento, puxado pela expansão da produção e pelos níveis recordes de preços. Na pecuária, o desempenho do segmento foi positivo, porém com menor intensidade.

Notamos que o setor agrícola já começou favorecendo o ano de 2011, decorrido pela alta produtividade e pelos preços bem pagos nos nossos produtos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de aprimorar meus conhecimentos sobre o setor agrícola brasileiro e a contribuição do mesmo para a nossa economia, optei por desenvolver meu trabalho sobre este tema, que, por sinal, me surpreendeu com o poder que este setor possui para a economia Brasileira.

Muitos estudos apontam o quão importante a agricultura brasileira é para a economia, pois ela tem a capacidade de interferir positivamente nos vários segmentos da economia, partindo desde a oferta de empregos, na contribuição para o PIB Brasileiro, um bom crescimento e desenvolvimento econômico e, até mesmo nas exportações, as quais contribuem de forma significativa para fechar a Balança Comercial com saldo positivo (superávit), ou seja, as exportações serem maiores que as importações.

O Brasil pode ser considerado como um país vantajoso no que diz respeito à produção agrícola, pois conta com diversos fatores que geram resultados positivos tanto na qualidade quanto em quantidade. Dentre esses fatores, vale ressaltar: as condições climáticas favoráveis, terra fértil (terra roxa), as imensas quantidade de terras ainda não aproveitadas, a demanda mundial pelos nossos alimentos, o bom preço pago pelo mercado externo, as inovadas tecnologias que são aderidas aos maquinários, a mão-de-obra qualificada, entre outros.

A agricultura de hoje permite ir muito além da agricultura de 30, 40 anos atrás. Com os avanços tecnológicos, novas tecnologias foram aderidas aos maquinários, favorecendo na qualidade dos insumos (agrotóxicos, fertilizantes, venenos, entre outros), com os quais permite uma plantação de alta qualidade e, conseqüentemente, tem a capacidade de disponibilizar alimentos em maiores quantidades para os mercados.

Com relação à economia, a agricultura é um importante componente, pois tem capacidade de movimentar vários setores econômicos. Dentre eles, merece destaque o setor relacionado à empregabilidade que, mesmo com a implementação

das tecnologias na produção, da qual muitas acabaram por substituir parte da mão-de-obra, ela ainda emprega grande número de trabalhadores. Como já mencionado, a agricultura é responsável por gerar 24,3% dos empregos no Brasil.

Um outro ponto relevante para a economia é a questão das exportações. A agricultura brasileira, como já foi dito, conta com diversos fatores que são favoráveis e fazem a mesma gerar produtos de qualidade e em quantidade suficiente para suprir a demanda interna e externa. Muitos são os países que importam do Brasil, como, por exemplo, a China, que foi o país que mais importou no período de 2003 e 2004, seguido da Alemanha e EUA. No mesmo período analisado, os principais produtos exportados foram a soja em grão e o farelo da soja.

O alto índice de exportações do setor agrícola contribui para uma balança comercial positiva, pois dados revelados pelo Banco Central do Brasil nos mostram que só a agricultura contribui para as exportações com saldo comercial setorial positivo da ordem de US\$ 40,18 bilhões em 2006 e US\$ 49,7 bilhões em 2007.

A respeito do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, concluímos que a agricultura tem uma parcela significativa na sua participação, pois 12% do PIB são representados pela agricultura.

Com relação às políticas agrícolas brasileiras, observamos que a mesma ainda deixa a desejar para muitos produtores. A dificuldade que os mini e pequenos produtores têm no acesso a financiamento ou, até mesmo, quando o Governo estabelece o preço mínimo de venda abaixo dos custos gerados na produção, faz com que muitos produtores fiquem desestimulados e descontentes com a política agrícola nacional. Em contrapartida, o Governo criou alguns programas, através de suas políticas, para beneficiar os produtores, oferecendo ajuda financeira na produção, proteção, principalmente pelos riscos que as plantações correm, oriundos dos fatores climáticos, e também está adotando medidas para estimular a produção.

Os produtores contando com a ajuda do Governo e as condições climáticas sendo favoráveis para resultar em excelente produtividade, a agricultura brasileira têm de tudo para se destacar no ambiente nacional e internacional e pode atuar de maneira ainda mais favorável para a economia brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Massilon J. . **Fundamentos de Agronegócios**. 2. Ed.. São Paulo: Atlas, 2005.

AZEVEDO, Paulo Furquim; NANTES, José Flávio Diniz; SCARPELLI, Moacir. Gestão da Produção Rural no Agronegócio. In: BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial: GEPAL: Grupo de estudo e pesquisas agroindustriais**. 2. ed. – , São Paulo: Atlas, 2001.

Banco Central do Brasil . Setor Externo . Disponível em : <<http://www.bcb.gov.br/?ecoimpext>> Acesso em 25 jan. 2011

BARSA, Grande Enciclopédia. **Agricultura: Origens e Desenvolvimento**. 3ºed. . São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004.

BARSA, Grande Enciclopédia.**Depreciação**. 3ºed. . São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004.

Brasil Agro. **A sustentabilidade da agricultura brasileira**. Disponível em : <<http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/14/34714>>. Acesso em 02 de maio de 2011

BUAINAIN, Antônio Márcio; FILHO ,Hildo Meireilles de Souza. A política agrícola no Brasil: evolução e principais instrumentos.In : BATALHA, Mário Otávio . Gestão Agroindustrial : GEPAL: **Grupo de estudo e pesquisas agroindustriais**. 4. ed. – 2.reimpr., São Paulo: Atlas, 2007.

Canal do Produtor. **Alta dos preços dos produtos agrícolas e safra levam para 7,2% estimativa de crescimento do VBP**. Disponível em : <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/alta-dos-precos-dos-produtos-agricolas-e-safra-elevam-para-72-estimativa-de-cre>> . Acesso em 02 de maio de 2011.

Canal do Produtor. **Negócios entre empresários chineses e produtores rurais do Brasil.** Disponível em :
 <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/negocios-entre-empresarios-chineses-e-produtores-rurais-do-brasil>> . Acesso em 02 de maio de 2011

Canal do Produtor . **Setor Agrícola é o maior gerador de empregos em junho, segundo Caged.** Disponível em :
http://www.srvilhena.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=125:setor-agricola-e-o-maior-gerador-de-empregos-em-junho-segundo-caged&catid=1:noticias&Itemid=83 . Acesso em 18 jan. 2011.

Canal do Produtor. **Negócios entre empresários chineses e produtores rurais do Brasil.** Disponível em :
 <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/negocios-entre-empresarios-chineses-e-produtores-rurais-do-brasil>> . Acesso em 02 de maio de 2011.

CARVALHO, Luiz Carlos Pereira . Agricultura e Desenvolvimento. In : PINHO, Diva Benevides Pinho ; VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval . **Manual de Economia.** 3. Ed. , São Paulo : Saraiva, 1998.

COIMBRA, Marcos. **Crescimento x Desenvolvimento.** Varican. Disponível em:
 <http://www.varican.xpg.com.br/varican/Beconomico/cescim_desenv>.. Acesso em 22 set. 2010.

Colégio Web. **A importância da agricultura no Brasil.** Disponível em:
 <<http://www.colegioweb.com.br/geografia/a-importancia-da-agricultura-no-brasil.html>> . Acesso em 10 set. 2010.

GONÇALVES NETO,Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil,** São Paulo: Hucitec,1997.

GUIMARÃES, Marcelo Fernandes; NOGUEIRA, Jorge Madeira . **A experiência norte-americana com o seguro agrícola: lições ao Brasil?** . Disponível em :
 <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032009000100002&script=sci_arttext>. Acesso em 10 fev. 2011.

HEINZE, Braulio Cezar Lassance Britto. **Fontes de Crédito para os projetos de desenvolvimento rural**. Brasília – DF, 1991.

JALES, Mario. **Inserção do Brasil no comércio internacional agrícola e expansão dos fluxos comerciais Sul-Sul**. São Paulo, 2005.

JUNIOR, Luis de Castro Campos. **O cooperativismo no Vale do Paranapanema: estudo das cooperativas : Riograndense, Agropecuária de Pedrinhas Paulista e Coopermota**. Marília- São Paulo, 2000.

LAUSCHER, Roque. **Elementos de análise para desenvolvimento agroindustrial**. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Chile, 1975.

MACHADO, J. B. M. Gatt 1994: uma avaliação dos principais acordos e dos impactos sobre a política comercial brasileira. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 10, n.40, p.42-50, jul./set. 1994.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/>>. Acesso em: 29 jan.2010

Markets.Com . **Principais Indicadores Macroeconômicos**. Disponível em : <<http://www.markets.com/pt/education/fundamental-analysis/main-economic-indicators.html>> . Acesso em 20 jan. 2011

MENDES, Judas Tadeu Grassi . **Cooperativas : oportunidades e desafios** . Disponível em <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n12/ambiente_coop_oportunidades_e_desafios.pdf> . Acesso em 03 fev. 2011.

Ministério do Desenvolvimento Agrário . **Crédito Rural** . Disponível em : <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> . Acesso em 30 jan. 2011.

NANTES, José Flavio Diniz; SCAERPELLI, Moacir. Elementos de gestão na produção rural; FILHO, Hildo Meirelles de Souza. Desenvolvimento agrícola sustentável. In: BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial : GEPAI: Grupo de estudo e pesquisas agroindustriais**. 3. Ed. – 2. Reimpr. , São Paulo: Atlas, 2008.

NAVARRO, Zander . Uma nova Agricultura pra todos brasileiros. Revista Agrícola, Ano XIX – Edição Especial, Julho/2010 – Brasília –DF.

NETO, Sigismundo Bialoskorski . **Economia e Gestão dos negócios agroalimentares** . São Paulo : Pioneira, 200.

NEVES, Marcos Fava. A Letra “C” nos Agronegócios; NEVES, Evaristo Marzbal. **Cooperativas Brasileiras: O Vigor das Exportações**. In: RODRIGUES, Roberto. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva 2005.

NÓBREGA, Mailson. **Agricultura promissora**. Jornal da Mídia. Disponível em: <http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2008/01/21/Opinioao/Agricultura_e_uma_das_mais_promis.shtml>. Acesso em 14 set. 2010.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1987, 170p.

PINAZZA, Luiz Antonio. ; ARAÚJO, Ney Bittencourt. **Agricultura na Virada do Século XX: Visão de Agrobusiness**. São Paulo: Globo, 1993

PINHO, Diva Benevides (organizadora) e outros. **Administração de Cooperativas**. São Paulo, CNPq. , 1982.

PODESTÁ, Ines. **Brasil está na vanguarda dos produtores mundiais de alimentos**. Disponível em : < http://www.agrolink.com.br/culturas/soja/noticia/brasil-esta-na-vanguarda-dos-produtores-mundiais-de-alimentos_122912.html> . Acesso em 10 fev. 2011.

Portal do Agronegócio . **Agricultura revigora economia** . Disponível em : <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=212>> Acesso em 24 jan. 2011.

Portal do Agronegócio .**Conceito de Agricultura.** Disponível em : <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=22808>> Acesso em 10 fev. 2011.

Portal do Agronegócio. **SOJA: Exportação deve render US\$ 21,8 bilhões.** Disponível em : <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?tit=soja_exportacao_deve_render_us_21,8_bi&id=49837 . Acesso em 10 fev. 2011.

RESENDE, G. C. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v.44. 2006.

REZENDE, Gervásio Castro de; GOLDIN, Ian. **A Agricultura Brasileira na Década de 80: crescimento numa economia em crise.** Rio de Janeiro: IPEA,1993.

ROMERO, Carlos Cortez . **O Setor Terciário na Economia Brasileira.** Disponível em : <[_biblioteca.senac.br/fulltext/pdf/0203265280.pdf](http://biblioteca.senac.br/fulltext/pdf/0203265280.pdf)> . Acesso em 15 jan. 2001.

ROSSI, Wagner . **Brasil Agro. A sustentabilidade da agricultura brasileira.** Disponível em : <<http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/14/34714>>. Acesso em 02 de maio de 2011.

SANTO, Benedito Rosa do Espírito. **Os caminhos da Agricultura Brasileira.** São Paulo : Evoluir, 2001.

SPADOTTO, Claudio Aparecido. **Agricultura Brasileira: importância, perspectivas e desafios para os profissionais dos setores agrícolas e florestais.** Embrapa. Disponível em: <http://www.cnpma.embrapa.br/down_hp/354.pdf . Acesso em 14 set. 2010.

VASCONCELLOS. Marco A. S. de; GREMAUD, Amaury P.; TONETO JR., Rudinei.
Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1999.